

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PORTO ALEGRE**  
**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: SISTEMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE**

**LISIANI CARLA VIEIRA**

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS ESTUDANTES - TRABALHADORAS DOS  
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIDADE DE PORTO ALEGRE DA UERGS  
PARA CONCILIAR ESTUDO E TRABALHO**

**PORTO ALEGRE**

**2022**

**LISIANI CARLA VIEIRA**

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS ESTUDANTES - TRABALHADORAS DOS  
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIDADE DE PORTO ALEGRE DA UERGS  
PARA CONCILIAR ESTUDO E TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração: Sistemas e Serviços de Saúde da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profª Drª. Vania R.C de Mello

**PORTO ALEGRE**

**2022**

## Catalogação de Publicação na Fonte

V658d Vieira, Lisiani Carla.  
Desafios enfrentados pelas estudantes - trabalhadoras dos cursos de graduação da unidade de Porto Alegre da Uergs para conciliar estudo e trabalho / Lisiani Carla Vieira. – Porto Alegre, 2022.  
66 f.

Orientadora: Vânia R.C de Mello

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Administração: Sistemas e Serviços de Saúde, Unidade em Porto Alegre, 2022.

1. Ensino Superior. 2. Estudo. 3. Trabalho. 4. Estudante-trabalhadora. 5. Trabalho Feminino. 6. Mulheres no Ensino Superior. I. Mello, Vânia R.C. de. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Laís Nunes da Silva CRB10/2176.

**LISIANI CARLA VIEIRA**

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS ESTUDANTES - TRABALHADORAS DOS  
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIDADE DE PORTO ALEGRE DA UERGS  
PARA CONCILIAR ESTUDO E TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Administração.

Data de aprovação: 30/06/2022.

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Vania Roseli Correa de Mello  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Carla Garcia Bottega  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Paola Cánepa  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Dedico este estudo aos meus filhos, foi por eles que nunca desisti da vida. E a todas as mulheres que um dia sonharam em cursar o Ensino Superior, mas por algum motivo tiveram este sonho interrompido.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me instruído a não parar, por permitir entrar no Ensino Superior num momento em que eu mais precisava de um refúgio e que me sustentou até aqui.

Aos meus pais por terem me dado a vida e torcerem por mim.

Aos meus filhos Lucas Henrique e Natanael Rodrigo que não me abandonaram, principalmente no momento de incertezas de nossas vidas. A eles deixo como herança: meu exemplo de dedicação aos estudos, meu exemplo de garra e coragem para enfrentar a vida diante de tantas dificuldades.

A minha nora Carolina, que se tornou uma amiga muito especial. Obrigada por me ouvir nos momentos em que preciso de um ombro amigo, por me compreender como mulher e como mãe e por estar sempre à disposição quando preciso.

As minhas irmãs Lucimara e Lianara que muito fizeram pelos meus filhos e por mim e ao meu irmão Gustavo pela torcida.

Ao meu cunhado Cláudio por ter estendido a mão quando eu mais precisei.

Em memória a minha irmã Luciane que sempre sonhou em aprender a escrever, mas suas limitações não permitiram. Sei que se estivesse aqui estaria muito alegre em me ver entrando na cerimônia de formatura.

Ao meu namorado e companheiro Alan que entrou na minha vida para caminhar ao meu lado. Obrigada por facilitar a minha vida e pelo companheirismo, obrigada por cada sorriso e por querer ver o meu crescimento pessoal e financeiro.

Aos meus colegas do curso de Administração: Sistemas e Serviços de Saúde que de uma maneira ou de outra me auxiliaram nesta caminhada, especialmente Alexandra Santos de Sá, Jaqueline Braz dos Santos Ramos, Jaqueline dos Santos e Vanessa Machado Bialvo. Obrigada por cada momento que passamos juntas durante a minha trajetória acadêmica.

À orientadora professora Dra. Vania Roseli Correa de Mello por toda a paciência e dedicação que teve comigo durante este trabalho. Principalmente pela forma com que soube me orientar.

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul pela oportunidade de crescimento em vários sentidos da minha vida.

E por fim, um agradecimento muito especial ao casal de amigos Eduardo e Cátia que estiveram ao meu lado no momento mais difícil da minha vida. Agradeço tudo o que fizeram e ainda fazem pelos meus filhos e por mim, não tenho palavras para expressar todo o amor que sinto por vocês.

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelas estudantes-trabalhadoras dos cursos de graduação da Unidade Porto Alegre da Uergs para conciliar estudo e trabalho. A partir de uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva-explicativa e coleta de dados primários obtidos por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas, autoaplicável e enviado para todos os estudantes da Unidade Porto Alegre via e-mail e que obteve um retorno de 28 participantes, verificou-se que muitas vezes as estudantes-trabalhadoras precisam escolher entre trabalhar ou estudar. Identificou-se que conciliar horários, deslocar-se até a unidade, dificuldades financeiras e para acompanhar o conteúdo dos componentes curriculares, déficit na formação básica, aspectos familiares, problemas de saúde e de acesso aos professores são as principais dificuldades enfrentadas pelas estudantes-trabalhadoras participantes da pesquisa.

**Palavras-Chave:** Ensino Superior. Estudo. Trabalho. Estudante-trabalhadora. Trabalho Feminino. Mulheres no Ensino Superior.



## ABSTRACT

This study aims to analyze the main challenges faced by student workers in undergraduate courses at the Porto Alegre Unit of Uergs to reconcile study and work. Based on a qualitative descriptive-explanatory research and collection of primary data obtained through a questionnaire with open and closed questions, self-administered and sent to all students at the Porto Alegre Unit via email, which obtained a response of 28 participants, it was found that student-workers often have to choose between working or studying. It was identified that reconciling schedules, traveling to the unit, financial difficulties and difficulties to follow the content of the curricular components, deficit in basic training, family aspects, health problems and access to teachers are the main difficulties faced by student-workers research participants.

**Keywords:** University education. Study. Job. Student-worker. Female work. Women in Higher Education

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Precisou Trancar Algum Semestre por Encontrar Dificuldades em Conciliar Estudo e Trabalho.....	32
Gráfico 2 – Tratamento Diferenciado por Parte dos Professores.....	33
Gráfico 3 – Faixa de Rendimento Mensal do grupo Familiar que convive.....	34
Gráfico 4 – Vínculo Profissional.....	35
Gráfico 5 – Manutenção da Família.....	35
Gráfico 6 – Aluna Hipossuficiente.....	36
Gráfico 7 – Bolsista de Prodiscência.....	36
Gráfico 8 – Beneficiária de Programa de Auxílio Governamental.....	37
Gráfico 9 – Tratamento Médico ou Introdução de Medicamentos, por ter que Conciliar Estudo e Trabalho ou Acúmulo de Atividades do Estudo.....	38
Gráfico 10 – Rede de Apoio para Conciliar Estudo e Trabalho.....	40
Gráfico 11 – Tratamento Diferenciado por Parte dos Colegas.....	40
Gráfico 12 – Tratamento Diferenciado por Parte dos Funcionários.....	42

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1 - Expansão do Ensino Superior no Brasil.....</b>	<b>17</b>
<b>Tabela 2 – Perfil das Participantes da Pesquisa.....</b>	<b>29</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

DEED – Diretoria de Estatísticas Educacionais

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio Enem

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SISU – Sistema de Seleção Unificada

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>16</b>
2.1	OBJETIVO GERAL.....	16
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>17</b>
3.1	DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.....	17
3.2	MULHERES NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.....	19
3.3	PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO.....	23
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>27</b>
4.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	27
4.2	COLETA DE DADOS.....	27
4.3	ANÁLISE DOS DADOS.....	28
4.4	ASPECTOS ÉTICOS.....	28
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>30</b>
5.1	PERFIL DAS ESTUDANTES-TRABALHADORAS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	30
5.2	PRINCIPAIS DIFICULDADES QUE AS ESTUDANTES-TRABALHADORAS ENFRENTAM PARA CONCILIAR ESTUDO E TRABALHO.....	32
5.3	SUGESTÕES DE MEDIDAS DE APOIO INSTITUCIONAL ÀS ESTUDANTES-TRABALHADORAS.....	42
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>
	<b>APÊNDICE A — QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>52</b>
	<b>ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE....</b>	<b>60</b>
	<b>ANEXO B – DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE.....</b>	<b>62</b>
	<b>ANEXO C – PARECER CEP UERGS.....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As conquistas para a introdução da mulher no mercado de trabalho e no ensino superior foram longas e gradativas. Antigamente as obrigações das mulheres ficavam restritas aos cuidados com a casa e filhos. Conforme Pinsky (2012) as mulheres só eram reconhecidas socialmente, quando apresentadas como boas donas de casa. Somente a partir da revolução Industrial, as mulheres entraram no mercado de trabalho, pois os chefes de família já não conseguiam mais sustentar sozinhos suas famílias, dando início a dupla jornada das mulheres (BOTTINI; BATISTA, 2013).

Ao longo do tempo as mulheres foram conquistando direitos e seu espaço na sociedade, mostrando que são tão capazes de exercer uma profissão quanto os homens. Um desses direitos conquistados foi a entrada na educação escolar e no ensino superior. No início apenas algumas escolas permitiam a presença feminina, ainda separadas dos meninos e sua educação era diferente da dos mesmos. No final da década de 1970, as mulheres começam a frequentar o ensino superior e assim tem-se início a tripla jornada de trabalho (BLAY e LANG, 2004).

Apesar de muitas dificuldades e preconceitos, o número de mulheres matriculadas no ensino superior vem crescendo e se igualando ao dos homens conforme o Censo Demográfico do IBGE (2004)<sup>1</sup>. Além disso, mesmo com a modernidade, a tecnologia e a participação de alguns homens nas tarefas domésticas, as responsabilidades pela casa e criação dos filhos continuam recaindo majoritariamente sobre as mulheres.

A partir das informações mencionadas anteriormente e de observações e conversas com colegas que necessitam conciliar as atividades acadêmicas com as laborais ao longo da graduação, pude constatar situações difíceis envolvendo as mesmas. Acompanhei colegas desistindo do curso, migrando para outras universidades, trancando a matrícula por um tempo ou desistindo de algumas disciplinas, entre outras situações.

Todos estes fatores despertaram meu interesse para a seguinte questão de pesquisa: Quais obstáculos estão colocados para as estudantes-trabalhadoras do

---

<sup>1</sup> Segundo informações da secretaria da Unidade Porto Alegre da Uergs, o número de matriculados, por sexo, no segundo semestre de 2021 foi: 407 do sexo feminino e 443 do sexo masculino

ensino superior para conciliar estudo e trabalho na atualidade? Quais são as necessidades das estudantes-trabalhadoras? Já foram ouvidas/escutadas em suas necessidades? Diante disso, considera-se que o tema em questão é importante para pensar os rumos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs).

A partir de uma busca preliminar podemos localizar pesquisas desenvolvidas por outras instituições de ensino superior que já têm se ocupado desta temática e que constam deste trabalho. Entre elas podemos destacar os estudos realizados na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (GONÇALVES; TERNOVOE, 2017), no Instituto Catarinense de Pós-Graduação (ICPG) (PROBST (2007), na Universidade Federal do Ceará (UFC) (COSME: DURANTE, 2017) e na Universidade Federal de Pernambuco (VASCONCELOS, 2018). Deste modo, acredita-se que a pesquisa aqui proposta poderá contribuir tanto para as estudantes-trabalhadoras quanto para a Uergs no sentido de sugerir medidas de apoio institucional que contribuam para minimizar os obstáculos identificados.

## **2 OBJETIVOS**

Nesta seção serão apresentados o objetivo geral e específicos deste trabalho.

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar os principais desafios enfrentados pelas estudantes-trabalhadoras dos cursos de graduação da Unidade Porto Alegre da Uergs para conciliar estudo e trabalho.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) descrever o perfil das estudantes-trabalhadoras participantes da pesquisa;
- b) identificar as principais dificuldades que as estudantes-trabalhadoras enfrentam para conciliar estudo e trabalho;
- c) sugerir medidas de apoio institucional às estudantes-trabalhadoras.



### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para subsidiar esta pesquisa, serão apresentadas neste capítulo, algumas balizas teóricas consideradas importantes para a compreensão do tema, quais sejam: Democratização do acesso ao ensino superior; Mulheres no ensino superior brasileiro; e Participação das mulheres no mercado de trabalho.

#### 3.1 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A educação é um dos aspectos mais importantes na vida do indivíduo e para o desenvolvimento da sociedade. Conforme Freire (2005, p. 64) “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco, a sociedade muda”. Nemeriano (2012) por sua vez, aponta que o Banco Mundial implementa aos países subdesenvolvidos uma política educacional de privatização do ensino superior público e ampliação do ensino privado, desde o início da década de 90. Deste modo, a pobreza reflete a ausência de políticas educacionais e o mal gerenciamento dos recursos, de acordo com diversos órgãos internacionais. Ainda assim, conforme apontam Comin e Barbosa (2011) ocorreu no Brasil, nas últimas três décadas, um rápido crescimento do ensino superior:

O quadro educacional brasileiro se alterou substantivamente nas últimas três décadas: segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), em 1982, a escolaridade média do brasileiro era de 3,5 anos de estudo; em 2009, esse valor chegou a 6,1. Em 27 anos, a educação formal da população brasileira quase dobrou. Considerando os níveis educacionais completos, em 1995, quando a média de anos de estudo da população como um todo já era de 5,2 anos, 78,4% não possuíam nenhum nível de ensino completo, 9,6% tinham o ensino fundamental completo, 8,8% o ensino médio completo e 3,3% o ensino superior completo. Embora a variação da média de anos de estudo entre 1995 e 2009 tenha sido de pouco menos de um ano, a distribuição dos indivíduos, quanto aos graus completos, se alterou enormemente: 59% não possuíam nenhum nível de ensino completo, 13,5% possuíam ensino fundamental, 21% ensino médio e 6,5% ensino superior. A quantidade de pessoas sem níveis de ensino completos se reduziu em números absolutos e relativos, enquanto, paralelamente, os níveis de ensino mais elevados foram os que apresentaram crescimento mais acelerado, bem acima da média, dobrando sua participação relativa. (COMIN; BARBOSA, 2011, p. 77).

A educação superior vem aumentando seu número de matrículas, continuamente, desde o ano de 2003, alcançando um total de 7,8 milhões de alunos no ensino superior em 2017. Dados do INEP (2015) comprovam o grande

crescimento do ensino superior no Brasil, de acordo com o apresentado na tabela 1 (MARQUES E SILVA, 2017).

**Tabela 1 - Expansão do Ensino Superior no Brasil**

Unidade da Federação / Categoria Administrativa			Total Geral					
			Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total
Brasil			8.027.297	5.516.151	1.471.930	1.010.142	29.074	4.273.155
	Pública		1.952.145	1.195.020	578.997	149.209	28.919	1.663.222
		Federal	1.214.635	800.417	323.295	68.862	22.061	1.068.101
		Estadual	618.633	301.873	233.222	76.699	6.839	545.485
		Municipal	118.877	92.730	22.480	3.648	19	49.636
	Privada		6.075.152	4.321.131	892.933	860.933	155	2.609.933

Fonte: INEP (2017)

As políticas públicas de Educação foram definitivas para o acesso e permanência de camadas mais pobres ao ensino superior no Brasil, principalmente a partir do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2011). Como exemplos de ações governamentais neste período, temos o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que compõe um programa do Ministério da Educação que financia a graduação na educação superior de cursos não gratuitos (BRASIL, 2016). Também podemos citar o Sistema de Seleção Unificada (SISU), um dos sistemas mais conhecidos atualmente que resgata a nota do Exame Nacional do Ensino Médio Enem (Enem) e seleciona as melhores notas designadas a um curso em Universidade Superior Pública e proporciona o acesso das camadas menos favorecidas da população a Universidade Pública (MARQUES E SILVA, 2017).

Ressalta-se a Bolsa Permanência e o Auxílio Alimentação, também o programa de Moradia Estudantil, programas voltados para a permanência de acadêmicos de baixa renda. (MARQUES E SILVA, 2017). Conforme Otranto (2006, p.37):

A Reforma da Educação Superior do governo Lula da Silva iniciou oficialmente o seu curso, com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar

a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O documento é composto de quatro partes, enfocando: ações emergenciais; autonomia universitária; complementação de recursos (financiamento) e as etapas para a implementação da Reforma Universitária.

A partir da premissa de democratização do ingresso ao ensino superior, o trabalhador-aluno passa a compor uma parcela da sociedade relativamente jovem. De acordo com Marques e Silva, (p. 2 *apud* INEP, 2017):

Apesar da oferta de vagas no ensino superior estar concentrada na rede privada (87,4%), de acordo com dados do INEP, a rede pública de ensino superior experimentou um aumento substancial de oferta de vagas e matrículas representando 60% matriculados em Universidades

Para os referidos autores, o maior problema que permeia o trajeto da estudante-trabalhadora, de modo geral, é a dificuldade de conciliar as atividades, fazendo da força de vontade, a maior motivação. Geralmente, as pessoas que estudam e trabalham procuram aliar as atividades da melhor maneira, sejam elas mães, pais de família, ou jovens que procuram ajudar em casa com uma renda mensal e pessoas que visam uma vida de melhor qualidade estando diante de diferentes condições econômicas. Para muitos que enfrentam dificuldades pelo caminho, desistir é algo comum.

Do ponto de vista do acesso, a discussão da universidade como um lugar democrático não pode ser confundida com mais um gerador para discriminação de um grupo de cidadãos que já é excluído. De outro modo, se alunos com obstáculos chegam à universidade, esses obstáculos devem ser analisados no sentido de buscar soluções (MARQUES E SILVA, 2017).

### 3.2 MULHERES NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Segundo Rosemberg (2012), a permissão para o ingresso das brasileiras na educação escolar foi longa. Somente em 1827, pela Lei Geral do Ensino, houve uma primeira autorização para que mulheres pudessem frequentar as escolas. De acordo com Freire (2011, p. 244):

as escolas de primeiras letras, no entanto, apareceram de forma esparsa, sendo, a maior parte delas, destinadas aos meninos. Algumas poucas escolas funcionavam com meninas. Para as meninas, tinha se uma

professora e para os meninos, professores. A escola brasileira iniciava sua organização com a separação por sexo e a educação era pensada de forma diferenciada para meninos e meninas.

Constata-se que este processo foi gradual, poucas escolas aceitavam alunas do gênero feminino e a educação era diferente da dos meninos. No Rio de Janeiro foram criadas as escolas normais públicas, nas décadas de 1830 a 1840, que só podiam receber o público masculino. Rosemberg (2012) salienta que se conquistou a autorização para a entrada de mulheres na instituição com muitas dificuldades. Apesar disso, a separação sexual permanecia, visto que a presença de homens e mulheres na escola era feito em dias, períodos e prédios separados ou intermitentes. Ainda conforme a autora, a Igreja Católica condenava o convívio de meninos e meninas em um mesmo local nesta época, inclusive, pela ideologia positivista que se disseminava no século XIX no país. Somente em 1850, houve a abertura de escolas mistas na província de São Paulo.

Tantas atribuições e restrições permitem entender porque a primeira brasileira a dispor de diploma de ensino superior, Maria Augusta Generosa Estrela, graduou-se, em 1882, em Medicina, nos Estados Unidos e não no Brasil: foi apenas em 1879 que a Lei Leôncio de Carvalho garantiu às mulheres o direito de estudar em instituições brasileiras de ensino superior. Setenta e nove anos após a fundação da primeira instituição de ensino superior no país, a Branca Rita Lobato graduou-se na Faculdade de Medicina da Bahia (ROSEMBERG, 2012, p. 337).

Como afirma Rosemberg (2012), apenas em 1926, a negra Maria Rita de Andrade conquista o título de bacharel pela faculdade de Direito da Bahia. Nesse sentido, Blay e Lang (2004) asseguram que as oportunidades de educação eram insuficientes para a população. A situação era ainda mais complexa para as mulheres, que só poderiam frequentar escola com professoras mulheres e estavam fora da educação primária. A autorização para que mulheres cursassem o ensino superior, aconteceu apenas em 1879, em consequência de que não eram preparadas para passar nos exames de ingresso no ensino superior, somente algumas conseguiam ser aprovadas.

O Censo Demográfico do IBGE (2004) mostra que a presença feminina no nível superior na década de 80 teve um aumento significativo em relação a década de 70. Em 1970 os índices apontam que 25% das mulheres tinham nível

universitário em comparação aos homens. Em 1980, 45% das mulheres tinham nível universitário, uma modificação expressiva. No Brasil, na década de 90, foram feitas grandes reformas, melhorando os indicadores de acesso e avanço de mulheres na educação em relação a de homens (ONU MULHERES, 2011). Em 1991, 48,9% das mulheres já tinham ensino superior em relação aos homens de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2004), ou seja, uma porcentagem relativamente equilibrada entre homens e mulheres. O número de matrículas no ensino superior passou de 1.869.529 em 1996 para 3.887.022 em 2003, mais que dobrando o número de matrículas segundo o INEP/MEC (2009).

O número de matrículas no ensino superior aumentou tanto para mulheres, quanto para homens, mas o índice de maior aumento foi feminino, sendo que em 1996 a diferença entre os gêneros era de 8,7% para as mulheres e em 2003 passa a ser de 12,8% (GODINHO, 2006 p.43-44).

O total de matrículas em 2009 representa 55,1% de mulheres matriculadas. Sendo 56,6% do sistema particular, 54,7% do sistema estadual, 51,8% do sistema público e 49,2% do sistema federal. Em 2009, as mulheres tinham grande presença no ensino superior e principalmente, no sistema particular, demonstrando uma transformação relevante em relação aos anos anteriores. (MEC/INEP/DEED, 2009).

Em média as mulheres apresentam melhores resultados que os homens, principalmente em língua Portuguesa, o que pode ser observado nas provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Programa Internacional de Avaliação de Alunos *Program for International Student Assessment* (PISA), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e no Exame Nacional de Cursos (ENC). Estas provas são indicadores de diferenciais de avaliação de estudantes, introduzidos pelo MEC em 1990 (ROSEMBERG, 2012).

De acordo com o IBGE (2016) o número de mulheres com graduação completa é maior do que dos homens, principalmente na faixa etária entre 25 a 44 anos de idade. Um dos fatores que contribui para isso pode ser o fato de que os homens, de modo, geral, são inseridos mais cedo no mercado de trabalho. Assim, “o percentual de homens que completou a graduação foi de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%, indicador 37,9% superior ao dos homens” (SOUZA, GONÇALVES E GÓES, 2014). Sandberg (2013, p.119) acrescenta que

As mulheres têm cerca de 63% dos diplomas de graduação. O avanço na carreira muitas vezes depende de assumir riscos e defender a própria posição - traços que as moças são desestimuladas a mostrar.

Elementos culturais fazem com que a mulher seja menos reconhecida no mercado de trabalho e que sua conquista em maiores cargos dentro de uma organização seja mais difícil.

Isso talvez explique por que as conquistas acadêmicas das jovens ainda não se traduziram num aumento significativo de mulheres em cargos de alto nível. O canal que abastece o mercado de trabalho qualificado está entupido de mulheres no nível da entrada, mas, quando esse mesmo canal abastece as posições de chefia, há um predomínio esmagador de homens (SANDBERG, 2013, p.116).

Conforme Marques e Silva (2017), a tripla rotina a que algumas mulheres, estudantes e trabalhadoras, estão submetidas, nem sempre é percebida pelos professores e gestores de empresas. Elas são responsáveis pelas tarefas da casa, o cuidado dos filhos e maridos, tempo para leitura e produção de trabalhos escolares além de estarem no mercado de trabalho. Segundo Silva, Nabozny e Ornat, (2009, p. 30), as relações de gênero se qualificam como:

importantes elementos para a compreensão da realidade socioespacial contemporânea, caracterizada por uma particular estruturação familiar, instituída nas relações de poder que estão, simultaneamente, nas esferas pública e privada.

Mesmo se inserindo cada vez mais nos espaços universitários e demonstrando competência para a atuação nas áreas ditas como masculinas, as mulheres, em sua maioria, optam por cursos na área de Ciências Humanas, enfrentando talvez assim, menos preconceito na formação acadêmica e no exercício da profissão. Isto pode se tornar uma válvula de escape para o acesso à Universidade e em especial, os cursos de Ciências Humanas, para as mulheres que desejam o sonhado diploma de ensino superior, o avanço na carreira profissional e o aumento do salário da família (GONÇALVES; TERNOVOE, 2017).

Vasconcelos (2018) salienta que, mesmo que a luta por direitos iguais entre mulheres e homens seja cada vez mais evidente, é sentido pelas mulheres que as distâncias percorridas por elas para chegarem nos mesmos lugares que os homens

são maiores e que a educação pode diminuir esta distância servindo também como recurso para mudar a realidade e como incentivo para a melhoria na vida das mesmas. Ainda que esta seja a posição do autor, o que se observa é que as discussões e as lutas feministas atualmente, se dão muito mais no sentido de uma garantia de direitos. Não exatamente os mesmos, uma vez que as necessidades de homens e mulheres são diferentes. Dessa maneira, as mulheres decidem continuar seus estudos mesmo passando por mais dificuldades que seus colegas de turma, apesar da responsabilidade com os filhos ou da fragilidade de uma rede de apoio para ajudá-las.

### 3.3 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

Na antiguidade a divisão entre homens e mulheres era rígida, as tarefas domésticas eram exclusivamente atribuídas às mulheres, sendo consideradas assim como um aspecto decorrente da natureza feminina (GOMES, 2005). Segundo Pinsky (2012), no século XIX a mulher, ao contrair matrimônio, se sujeitava ao marido em uma união que deveria durar a vida toda e devendo ser uma mulher ordeira e submissa a ele. Sua principal responsabilidade era cuidar dos filhos, dos afazeres domésticos e das finanças. Ao cuidar do bom andamento doméstico e da educação dos filhos, teria seu melhor papel desempenhado, pois as mulheres apresentadas como boas donas de casa eram reconhecidas socialmente.

De acordo com a autora (2012, p. 500), uma mulher “[...] ao demonstrar em sua casa sinais de suas prendas, como toalhas de crochê, almofadas, cortinas, etc., era considerada uma dona de casa perfeita, e seu lazer era cuidar dos filhos e costurar”. Para Pinsky (2012, p. 508):

Mesmo com a maior aprovação social da ‘mulher que trabalha’, essa figura continuava hierarquicamente inferior à da ‘boa esposa’, mãe e ‘dona de casa ideal’. Para muitos, casamento e trabalho são incompatíveis, não só porque o envolvimento profissional prejudica a dedicação a casa e família, mas também porque ‘os homens não gostam de mulheres independentes’. Emprego é para as solteiras; carreira para as ‘solteironas’. A independência feminina obtida com o trabalho mais bem remunerado cria mulheres ‘duronas’, ‘frias’, ‘incapazes de amar’, ‘casadas com o trabalho’ (grifos do autor).

Conforme Bottini e Batista (2013) a partir da revolução Industrial, deu-se o início da participação da mulher no mercado de trabalho. Com o salário reduzido

dos provedores do lar, os chefes de família não conseguiam mais manter o sustento da família sozinhos, forçando assim as mulheres a serem incluídas no trabalho nas fábricas, momento a partir do qual as mesmas passam a ter dupla jornada.

Correia (1998) aponta que o movimento feminista, com um novo discurso feminino, inicia-se nos anos 60 e se expande pelo mundo ocidental quebrando o mito da mulher passiva, martirizada e colocando em questão o conceito da mãe naturalmente sacrificada. No Brasil, a constituição de 1988 garantiu para a mulher brasileira a proteção quanto ao mercado de trabalho e reformulou o código civil de 1916 (RESENDE E PEREIRA, 2017). Direitos fundamentais foram garantidos pela Constituição Federal (1988):

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

Biassoli-Alves (2000), aponta que “antigamente era inadmissível a mulher ter direitos que, ao mundo de hoje, soam tão naturais, como estudar, trabalhar fora do lar, votar, etc.”. Entretanto, para Sandberg (2013, p. 109) “tanto a criação dos filhos como a maior parte do trabalho doméstico, continua sendo cumprido pela mulher. Ao dar espaço a companheiros e filhos ela compromete suas metas profissionais”.

Para as mulheres do século XXI, aliar as atividades profissionais, domésticas e a educação dos filhos é um grande desafio, as mulheres se declaram divididas entre os velhos e os novos valores, mesmo com as novas tecnologias. Para buscar uma colocação no mercado de trabalho e conquistar novas oportunidades, demanda nos tempos vigentes uma postura mais enérgica, para desempenhar diversos papéis em um universo fortemente influenciado pelos padrões culturais (VASCONCELOS, 2018).

Com a duplicação das pressões do trabalho fora de casa, as mulheres sofrem mais do que os homens com o estresse de uma carreira. As mulheres empenham-se tanto ao trabalho assim como o homem e, automaticamente dedicam-se com a mesma veemência ao trabalho doméstico. Mesmo que alguns homens ajudem em casa, nem sequer chegam perto do vigor que a mulher tende a dar (PROBST, 2007)



O declínio da taxa de fecundidade, aliado a maior instrução feminina são motivos para a entrada da mulher no mercado de trabalho, como salienta Probst (2007). As mulheres tinham em média 6,3 filhos na década de 1960 e nos anos 2000 são 2,3 filhos. Ainda de acordo com o mesmo autor “o grande desafio para as mulheres dessa geração, é tentar reverter o quadro da desigualdade salarial entre homens e mulheres.” (PROBST 2007, p. 7).

Deste modo, as mulheres têm comprovado cada vez mais que além de excelentes cozinheiras, podem também ser boas motoristas, mecânicas, engenheiras e advogadas, sem ficar atrás de qualquer homem. Probst (2007) enfatiza que a inclusão da mulher no mundo do trabalho é acompanhada por um alto grau de discriminação, tanto na qualidade das funções que têm sido criadas no setor formal, quanto no informal do mercado de trabalho, mas sobretudo no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Mulheres de gerações passadas romperam progressivamente com as imposições sociais nas quais viviam e, durante muitos anos, foram alcançando a independência que contemplamos na sociedade atual, devendo a elas a oportunidade das mulheres hoje em dia poderem estudar e ter vida pública. De acordo com Santos e Sacramento (2011, p. 07) “Atualmente a mulher assegurou seu direito à cidadania, tendo seu papel de agente transformador legitimado. No fim dos anos 60 foi franqueado a elas o ensino popular, dando assim o início dessas conquistas”. A mulher se fez ser notada na sociedade, quando saiu das quatro paredes do lar e passou a assumir as funções antes ditas como apenas masculinas, mostrando ser capaz de desempenhá-las com igual qualidade (GONÇALVES, TERNOVOE, 2017).

Bulgacov *et al.* (2017) garantem que o desenvolvimento profissional entre homens e mulheres são diferentes, pois enquanto o homem busca somente a atividade remunerada, a mulher tende a aliar a vida familiar, carreira e os objetivos profissionais. As mulheres desempenham mais funções na economia formal e têm mais empreendimentos registrados que os homens, conforme dados do IBGE (2017), sendo que 20,3% delas possuíam registro e trabalhavam por conta própria em 2016, enquanto o percentual entre os homens era de 18,2%.

Percebe-se, desta maneira, que a mulher vem incorporando-se no mercado de trabalho como trabalhadora e empreendedora, mesmo perante aos inúmeros

desafios enfrentados. Ainda assim, uma parcela considerável da sociedade ainda vê a mulher como mão de obra barata e justamente nesta perspectiva solicita sua presença no mercado de trabalho. Esta parcela segue a enfatizar que o lugar da mulher é em casa, como cuidadora e reprodutora para o mercado de produção em uma sociedade capitalista como a nossa. (MAGALHÃES, SILVA, 2010, p.191).

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que foram seguidos para a consecução dos objetivos propostos nessa pesquisa e está organizado em: delineamento da pesquisa, coleta dos dados, análise dos dados e considerações éticas relacionados à pesquisa com seres humanos.

### 4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa. Para Minayo (2000, p.21) a pesquisa qualitativa:

[...] trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva-explicativa. Segundo Gil (2002) uma pesquisa descritiva caracteriza-se por descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Neste sentido, a pesquisa aqui apresentada se propõe a descrever as características do perfil das estudantes-trabalhadoras da Unidade Porto Alegre da Uergs.

A pesquisa explicativa para Gil (2002) identifica os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos que se busca estudar. Assim, considera-se que esta pesquisa auxiliará na identificação das dificuldades enfrentadas pelas estudantes-trabalhadoras e contribuirá para a construção de medidas institucionais de apoio as mesmas.

### 4.2 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados foi realizado um levantamento bibliográfico que, para Gil (2002, p.44) tem como base material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Para este autor,

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2002, p.45).

Além do levantamento bibliográfico foi realizada coleta de material a partir de dados primários obtidos por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas, autoaplicável e enviado no dia quinze de março de 2022 para todos os estudantes da Unidade Porto Alegre, via e-mail geral dos estudantes obtido através da secretaria da Unidade.

#### 4.3 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que tem como objetivo interpretar as informações disponibilizadas, relacionando-as com dados primários. Segundo Minayo (2000), a análise de conteúdo tem como funções verificar hipóteses e/ou questões e pode abranger, cronologicamente, as seguintes fases:

- a) pré-análise: organização do material que será analisado;
- b) exploração do material: aplicação do que foi definido na fase anterior;
- c) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: procura desvendar o conteúdo subjacente ao que está manifesto, voltado as ideologias, tendências e outras determinações do fenômeno que se está analisando.

Para isso foi utilizada uma categorização temática que, de acordo com Minayo (2000, p.70), “refere-se a um procedimento que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si e está ligada à ideia de classe ou série”.

#### 4.4 ASPECTOS ÉTICOS

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, este projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs, em consonância com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Foi aprovado conforme CAAE nº 52768621.0.0000.8091 (ANEXO III).

As participantes foram convidadas a responder a um questionário autoaplicável (APÊNDICE A) criado no Google Formulários com perguntas abertas e fechadas onde constou o esclarecimento prévio dos objetivos do estudo bem como de seu funcionamento. Assim, puderam optar por aderir ou não a pesquisa, tendo

liberdade de interromper sua participação a qualquer momento, sem prejuízo para a pesquisa ou para a pessoa que viesse a desistir dela.

Os critérios de inclusão adotados consideram que a participante da pesquisa fosse maior de 18 anos; do sexo feminino, estudante dos cursos de graduação da unidade Porto Alegre da Uergs e desempenhasse atividades remuneradas formais ou informais no mercado de trabalho.

A participação se deu mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme estabelecido nas Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

A pesquisa envolveu riscos mínimos de possível incômodo ou desconforto ao responder ao questionário. Na possibilidade de ocorrência desses riscos, as pesquisadoras comprometeram-se a escutar as participantes, além de esclarecer novamente objetivos, procedimentos e demais dúvidas que surgissem.

Será mantido, por cinco anos, apenas um banco de dados em meio virtual com as informações coletadas. O material produzido terá garantia de sigilo e as informações serão utilizadas exclusivamente com a finalidade científica expressa neste trabalho. A pesquisa só teve início com o questionário, após a aprovação do Comitê de Ética.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise dos resultados obtidos através do questionário autoaplicável enviado para todos os estudantes dos seis cursos da unidade de Porto Alegre. O mesmo ficou disponível para receber respostas desde o dia quinze de março de 2022 até o dia quatro de abril de 2022 e obteve 28 respostas das estudantes.

### 5.1 PERFIL DAS ESTUDANTES-TRABALHADORAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Esta subseção apresenta o perfil das participantes do questionário. Os principais dados foram analisados e sintetizados, conforme a ordem de retorno das respostas, como mostra a Tabela 2. Os nomes das participantes foram substituídos por números, para preservar a identidade das mesmas.

**Tabela 2 – Perfil das Participantes da Pesquisa**

<b>Faixa Etária</b>	<b>%</b>
18 e 24 anos	39,3%
25 e 30 anos	25,0%
31 e 35 anos	10,7%
36 e 40 anos	3,6%
41 e 50 anos	10,7%
Mais de 50 anos	10,7%
<b>Raça/Cor</b>	
	<b>%</b>
Branças	78,6%
Pretas	10,7%
Pardas	10,7%
<b>Estado Civil</b>	
	<b>%</b>
Solteiras	64,3%
Casadas	28,6%
Divorciadas	3,6%
União Estável	3,6%

<b>Nº de Filhos</b>	<b>%</b>
Não tem filhos	85,7%
2 a 3 filhos	10,7%
1 filho	3,6%
<b>Cursos</b>	<b>%</b>
Adm SSS	35,7%
Adm Pública	32,1%
Letras	17,9%
Eng. Bio Bio	10,7%
Eng. de Energia	3,6%
Eng. de Contr. e Autom.	-

Ao analisar as respostas do perfil das participantes, identifica-se que, com relação a faixa etária, 39,3% têm entre 18 e 24 anos, 25% entre 25 e 30 anos, 10,7% entre 31 e 35 anos, 3,6% entre 36 e 40 anos, 10,7% entre 41 e 50 anos e 10,7% mais de 50 anos. Com relação a raça/cor, 78,6% se autodeclararam brancas, 10,7% pretas e 10,7% pardas. Em relação ao estado civil, 64,3% se declaram solteiras, 28,6% são casadas, 3,6% são divorciadas e 3,6% em união estável. Já em relação ao número de filhos, é possível notar uma grande diferença: 85,7% não tem filhos, 10,7% possui de 2 a 3 filhos e 3,6% tem somente 1 filho.

O fato de boa parte das participantes serem solteiras e sem filhos pode estar relacionado ao declínio da taxa de fecundidade que, como salienta Prosbtt (2007) se inicia na década de 60, intensificando-se a partir das décadas de 70 em diante. Tal constatação leva a pensar no movimento que as mulheres continuam fazendo para conquistar seu espaço nos estudos e no mercado de trabalho, afirmando que podem ir mais além do que só cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos e marido.

No que se refere aos cursos de origem das participantes da pesquisa: 35,7% cursam Administração: Sistemas e Serviços de Saúde, 32,1% Administração Pública, 17,9% Letras: Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, 10,7% Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia e 3,6% cursa Engenharia de Energia. O curso de Engenharia de Controle e Automação não teve nenhuma participante na pesquisa. O fato de não ter nenhuma participante deste curso e a observação do baixo número de participantes dos outros cursos, ditos como “masculinos”, leva a

pensar que as mulheres ainda preferem buscar por cursos na área de Ciências Humanas e que talvez esta escolha continue sendo em função do preconceito no mundo acadêmico e que parece também se refletir na unidade de Porto Alegre.

Embora nos espaços universitários as mulheres estejam cada vez mais se inserindo e demonstrem competência para atuar em áreas que são vistas socialmente como masculinas, a maioria das universitárias costuma optar por cursos na área de Ciências Humanas, talvez por enfrentar menos preconceito, tanto no processo de formação acadêmica, quanto no exercício da profissão. (GONÇALVES, TERNOVE, 2017, p. 8)

## 5.2 PRINCIPAIS DIFICULDADES QUE AS ESTUDANTES-TRABALHADORAS ENFRENTAM PARA CONCILIAR ESTUDO E TRABALHO

Esta subseção apresenta as principais dificuldades apontadas pelas estudantes-trabalhadoras participantes da pesquisa conforme ordem decrescente dos elementos apontados. Assim, a maior dificuldade manifestada foi a de conciliar horários (85,2% participantes), seguida do deslocamento até a unidade (70,4% participantes), financeiras (66,7% participantes), dificuldades para acompanhar o conteúdo dos componentes curriculares (55,6% participantes), déficit na formação básica (22,2% participantes), aspectos familiares (18,5% participantes), problemas de saúde (3,7% participantes) e flexibilidade no acesso aos professores (3,7% participantes).

Chama atenção que o item “preconceito de diferentes tipos”, não foi apontado por nenhuma das participantes da pesquisa, o que nos leva a pensar o quanto este ponto pode ser entendido como positivo para a Instituição, no cumprimento de seus valores institucionais, entre eles o respeito às diferenças e inclusão social (Uergs).

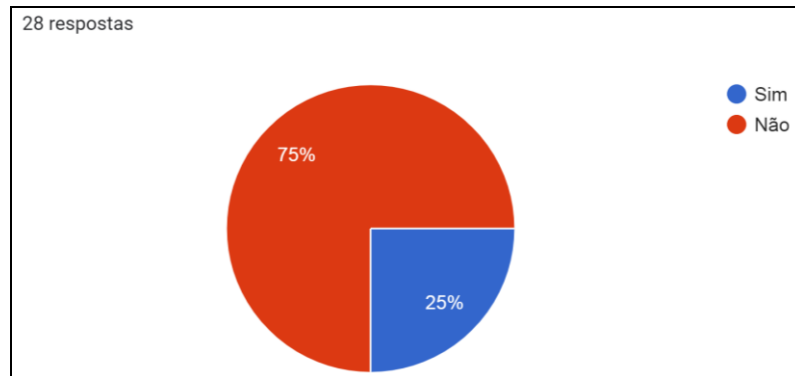
Ao fazerem tais apontamentos, as participantes dão a dimensão da quantidade de desafios que enfrentam, pois das 28 participantes, apenas 2 marcaram somente 1 aspecto como dificultador para conciliar estudo e trabalho. Os resultados desta subseção corroboram o estudo de Carrano (2002) ao constatar que o estudante universitário tem seu perfil marcado por diversas dificuldades, especialmente aqueles que necessitam conciliar estudo e trabalho.

A dificuldade de conciliar horários, indicado por 85,2% das participantes, parece ter relação com o fato de que 25% das participantes precisaram trancar



algum semestre pela dificuldade em conciliar estudo e trabalho, como mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Precisou Trancar Algum Semestre por Encontrar Dificuldades em Conciliar Estudo e Trabalho



Fonte: Autora (2022)

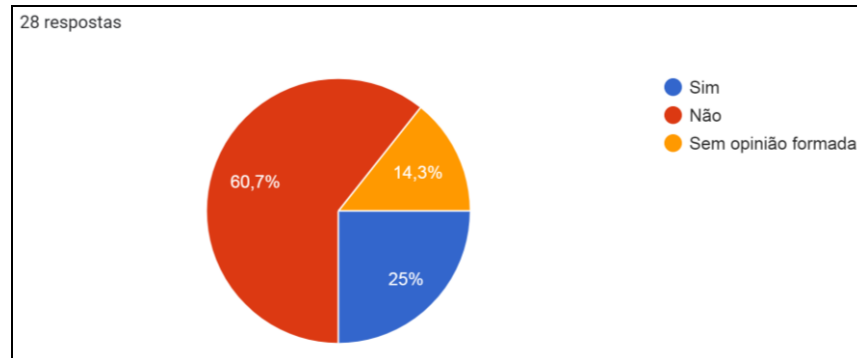
Com relação a este item, a aluna 1 afirma que nunca precisou trancar nenhum semestre, mas diz [...] “já precisei abandonar alguma cadeira em alguns momentos, pelo excesso de atividades entre trabalho e faculdade.” A aluna 17, por sua vez, descreve que não sabe como ficará quando as aulas voltarem ao modo presencial, visto que além de terem os horários das aulas ainda terão o tempo de deslocamento entre faculdade e emprego.

Assim, com relação a dificuldade de deslocamento, marcado por 70,4% participantes como uma das maiores dificuldades para conciliar estudo e trabalho, a aluna 18 aponta que muitos alunos que se deslocam de ônibus do trabalho para a unidade chegam atrasados na aula, principalmente os que estudam a noite. É de conhecimento público que muitos alunos da unidade de Porto Alegre, deslocam-se de outras cidades para poder estudar. Marques e Silva (2017) destacam em seus estudos que, tanto os alunos que moram na mesma cidade da universidade, quanto os alunos que moram em cidades vizinhas se atrasam, e que muitas vezes saem do trabalho direto para a universidade, o que contribui para aumentar o cansaço.

Ainda com relação a dificuldade de deslocamento, algumas participantes exemplificaram que parte dos professores compreendem o fato de alguns alunos precisarem sair mais cedo das aulas para trabalhar, demonstraram tolerância quanto a mudança nos horários em dias de apresentações e tiveram atenção aos

alunos que precisavam trabalhar em horários que colidiam com os horários das aulas em modo remoto.

Gráfico 2 – Tratamento Diferenciado por Parte dos Professores



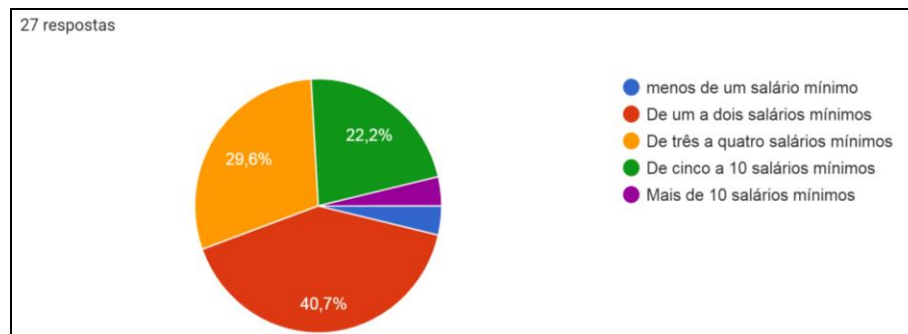
Fonte: Autora (2022)

O gráfico 2 mostra que 60,7% das alunas participantes não perceberam um tratamento diferenciado por parte dos professores, enquanto 25% responderam que sim e 14,3% sem opinião formada. Mesmo que este percentual não seja tão significativo, é de grande valor para que algumas alunas não fiquem prejudicadas já que, por conta do deslocamento, necessitam sair mais cedo ou chegar atrasadas nas aulas, inclusive nos dias de provas e apresentações de trabalhos. Como citam os autores Marques e Silva (2017, p. 14):

Destaca-se que os atrasos dos acadêmicos para chegada às aulas constituem um grave problema para o desempenho e aproveitamento. Tornou-se comum os atrasos nas chegadas as aulas, levando muitas vezes, professores a iniciar a aula as 19:30 horas, ao invés de 19:00 horas; A explicação para esse fato está na sensibilidade dos professores em reconhecer os esforços de alunos presentes para vir a estudar.

O aspecto financeiro indicado por 66,7% das participantes é nitidamente observado como um dos fatores dificultadores para conciliar estudo e trabalho e pode estar relacionado a variadas situações, conforme pode ser observado nos gráficos 3, 4, 5, 6, 7 e 8

Gráfico 3 – Faixa de Rendimento Mensal do grupo Familiar que convive



Fonte: Autora (2022)

O gráfico 3 mostra que no universo das participantes 40,7% tem um rendimento mensal de 1 a 2 salários mínimos<sup>2</sup>, 29,6% possui um rendimento mensal de 3 a 4 salários mínimos, 22,2% com 5 a 10 salários mínimos, 3,7% com menos de 1 salário mínimo e apenas 3,7% tem um rendimento mensal mais de 10 salários mínimos. Ou seja, 44,4% delas mantêm com rendimento mensal de até 2 salários mínimos. Esta porcentagem não contabiliza a aluna 23 que não respondeu a pergunta, mas informou que faz trabalho voluntário (atividade não remunerada) e é divorciada.

O rendimento mensal de um a dois salários mínimos é extremamente baixo para o custeio de uma família nos dias atuais<sup>3</sup>, independente se esta família é composta por uma, duas ou mais pessoas, dando menos condições de acesso a vestuário, alimentação, transporte e conseqüentemente, menos condições para estudar.

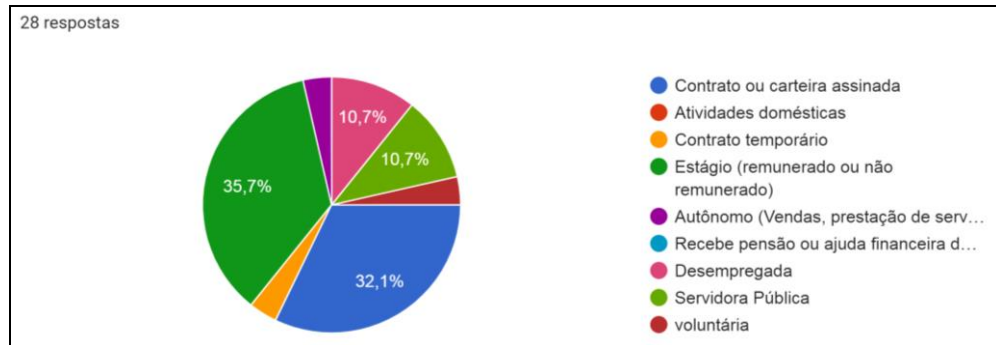
No levantamento bibliográfico realizado verificou-se que muito possivelmente esse baixo rendimento familiar mensal também se deve ao fato das mulheres ainda ganharem menos que os homens. Pesquisas realizadas por PROBST (2007) revelam que apesar das mulheres chegarem mais cedo nos cargos de gerência do que os homens e, mesmo considerando que este número de mulheres em cargos executivos esteja subindo, os salários das mesmas ainda são inferiores aos dos homens. Esta diferença de salário também pode decorrer do preconceito existente na nossa sociedade e no mercado de trabalho até os dias atuais e que Souza,

<sup>2</sup> Salário mínimo julho/2022: R\$ 1.212,00

<sup>3</sup> Cesta básica abril/2022: R\$ 1.226,00

Gonçalves e Góes (2019) também apontam, de que as mulheres muitas vezes são vistas somente como geradoras de herdeiros e donas de casa.

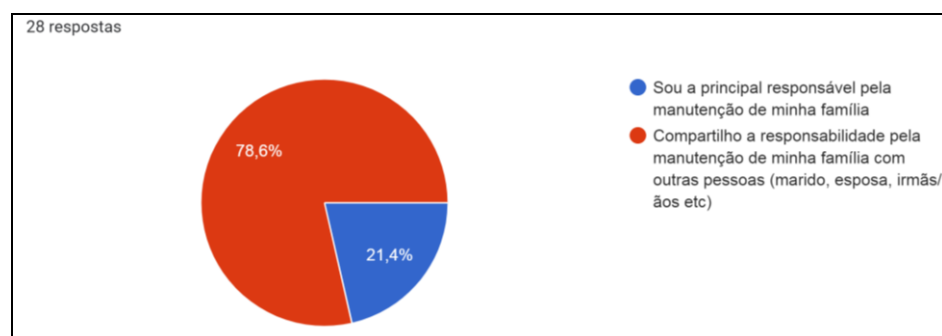
Gráfico 4 – Vínculo Profissional



Fonte: Autora (2022)

O gráfico 4 mostra que 57,2% das participantes da pesquisa não possuem emprego formal. Isso significa que este percentual não possui uma segurança e estabilidade financeira, pois a maioria delas irá trabalhar por um tempo determinado e algumas nem mesmo recebem algum salário. Para Yunus (2014), mulheres que vivem em situação vulnerável tendem a não ter condições de garantir seus direitos fundamentais.

Gráfico 5 – Manutenção da Família



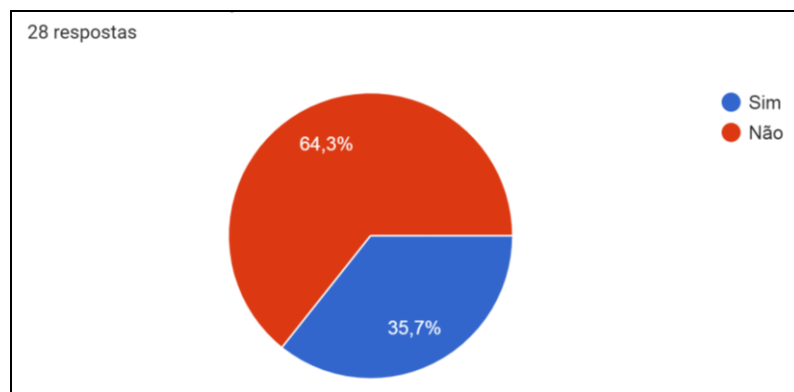
Fonte: Autora (2022)

Com relação à manutenção da família, podemos observar no gráfico 5 que 78,6% responderam que compartilham a responsabilidade pela manutenção da família com outras pessoas (marido, esposa, irmãs/ãos e etc.) e 21,4% responderam

que são as principais responsáveis pela manutenção da família. O fato de que a maioria compartilha esta responsabilidade pode ser um ponto positivo, já que a maioria delas não se encontra tão sozinha para manter-se ou manter a casa.

Conforme os estudos de Gonçalves e Ternovoe (2017) as mulheres precisam, cada vez mais, trabalhar para complementar a renda da família. As autoras observam que com o crescimento de número de mulheres chefes de família, diminuiu o preconceito de que a mulher não é capaz de prover o sustento do lar, administrar os cuidados da casa e educação dos filhos.

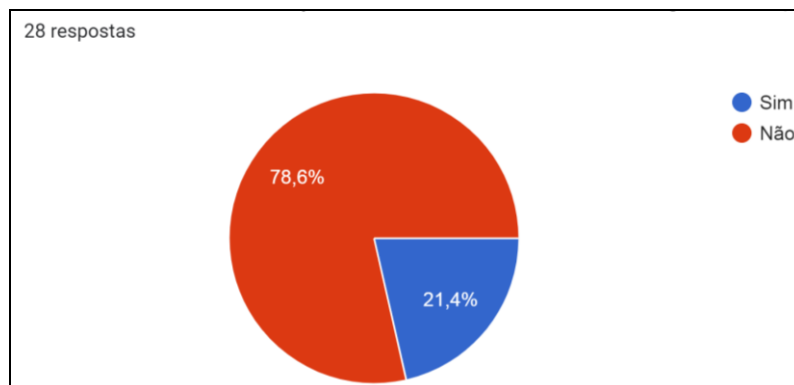
Gráfico 6 – Aluna Hipossuficiente



Fonte: Autora (2022)

O gráfico 6 se refere a questão de alunas consideradas hipossuficientes. 35,7% das participantes responderam que são “aluno hipossuficiente” e 64,3% responderam que não são.

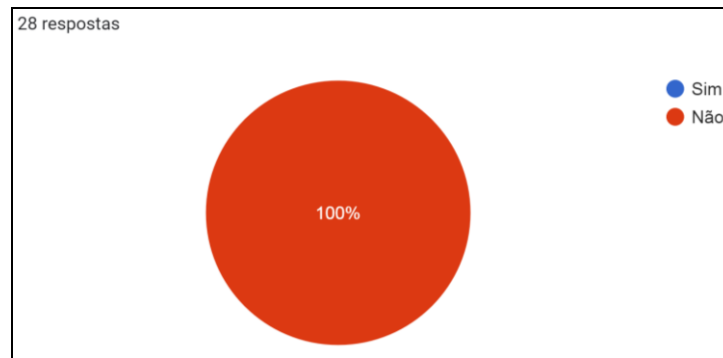
Gráfico 7 – Bolsista de Prodiscência



Fonte: Autora (2022)

O gráfico 7 é referente às alunas que são ou já foram bolsistas de prodiscência, 78,6% das participantes responderam não e 21,4% responderam que sim.

Gráfico 8 – Beneficiária de Programa de Auxílio Governamental



Fonte: Autora (2022)

O gráfico 8 é referente a questão de alunas beneficiárias de algum programa de auxílio governamental e, como pode ser observado, nenhuma das participantes recebe qualquer tipo de auxílio.

Ao analisar as respostas dos gráficos 6, 7 e 8 verificou-se que, 29% das participantes dentre as 35,7% consideradas alunas hipossuficientes, além de não receberem ou nunca terem recebido bolsa de prodiscência, também não recebem auxílio governamental. Isso mostra o quão frágil é a renda destas alunas e o quanto elas precisam lutar para manterem-se e continuar seus estudos, visto que não recebem nenhum incentivo financeiro.

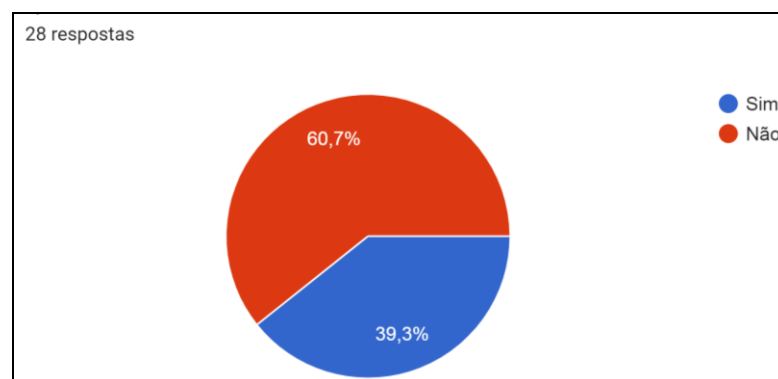
Mesmo que o Governo Federal tenha lançado políticas públicas para que pessoas de baixa renda tenham acesso facilitado ao ensino superior, tal fato não garante que este mesmo aluno tenha uma trajetória de estudos facilitada, pois além de ter que trabalhar para se sustentar e ajudar na renda familiar, ele precisará trabalhar para manter os gastos que envolvem este estudo. Deste modo, o acesso nem sempre é decisivo para que o aluno conclua o ensino superior. Nem todos os alunos que entram via SISU na universidade pública são alcançados por políticas de permanência ofertados pelo Governo Federal, portanto estes mesmos alunos precisam trabalhar para poderem estudar. (MARQUES; SILVA, 2017)

Com relação às dificuldades para acompanhar o conteúdo dos componentes curriculares do curso, 55,6% das participantes consideraram este um dos aspectos mais difíceis para conciliar estudo e trabalho. Algumas participantes referiram que esta dificuldade pode estar relacionada ao excesso de atividades propostas por alguns professores que poderiam ser mais compreensivos ao não passarem tarefas tão extensas. As participantes apontam também que durante o período de ensino remoto a quantidade de atividades aumentou.

Marques e Silva (2017) afirmam que o cansaço é, em boa medida, resultado do acúmulo das atribuições do trabalho e do cotidiano familiar. Também afirmam que de modo geral, o aluno que trabalha tem dificuldade de acompanhar as atividades por chegar exausto à universidade. Os autores enfatizam que estes alunos são uníssomos ao afirmarem que não conseguem realizar as tarefas extraclasse como leituras, trabalhos, elaboração de seminários, pesquisas, estudo para as provas entre outras atividades, devido ao cansaço decorrente do acúmulo de atribuições.

O acúmulo de atividades leva muitas alunas à exaustão, com sintomas físicos e psicológicos que acarretam a necessidade de realizar algum tipo de tratamento, como observado no gráfico 9:

Gráfico 9 - Tratamento Médico ou Introdução de Medicamentos, por ter que Conciliar Estudo e Trabalho ou Acúmulo de Atividades do Estudo



Fonte: Autora (2022)

O gráfico 9 é referente a questão de tratamento médico ou introdução de medicamentos, por ter que conciliar estudo e trabalho ou acúmulo de atividades do estudo. Do total de respondentes, 39,3% precisaram de algum tipo de tratamento.

Os sintomas mais apontados pelas mesmas foram ansiedade e depressão, para os quais precisaram de tratamento psicológico e/ou uso de medicamentos antidepressivos e ansiolíticos. Ainda foram citados o aumento da pressão arterial, dores no corpo e até afastamento por Burnout.<sup>4</sup>

Terribili Filho (2009) adverte que as dificuldades possibilitam prejuízos tangíveis e intangíveis, pois atingem o corpo e aspectos educacionais, diminuindo o nível de ânimo do aluno quanto ao aprendizado e o aumento do estresse cotidiano. É o que relata a aluna 11: “Devido ao estresse e a ansiedade, causado pelo acúmulo de atividades faço acompanhamento com psicóloga e psiquiatra e faço uso de 2 medicações (bupropiona e cloridrato de duloxetina)”.

Ao ter que conciliar estudo, trabalho e afazeres domésticos a mulher, ainda nos dias de hoje, se sente pressionada pelos padrões impostos pela sociedade. A aluna 5 expressa exatamente como é carregar este sentimento:

Por morar sozinha, trabalhar e estudar, por ter que ser tudo por minha conta e ainda estudar em uma faculdade pública num curso de turno integral, me senti muito pressionada e muitas vezes chateada por não poder avançar tanto e/ou da mesma forma de quem tem somente o estudo pra se preocupar. Não é culpa de "A" ou "B", infelizmente faz parte da vida, mas me sinto de certa forma pressionada em conseguir fazer tanto quanto os outros e não ter sucesso.

De acordo com Vasconcelos (2018) as mulheres, em sua grande maioria, acabam tendo vários sentimentos que vão desde a culpa por não conseguirem desempenhar todas as suas atividades de forma completa, passando até mesmo pelo questionamento do seu papel de mãe. Tais sentimentos muitas vezes são causados pela dificuldade em conciliar as atividades de estudo, trabalho e a maternidade.

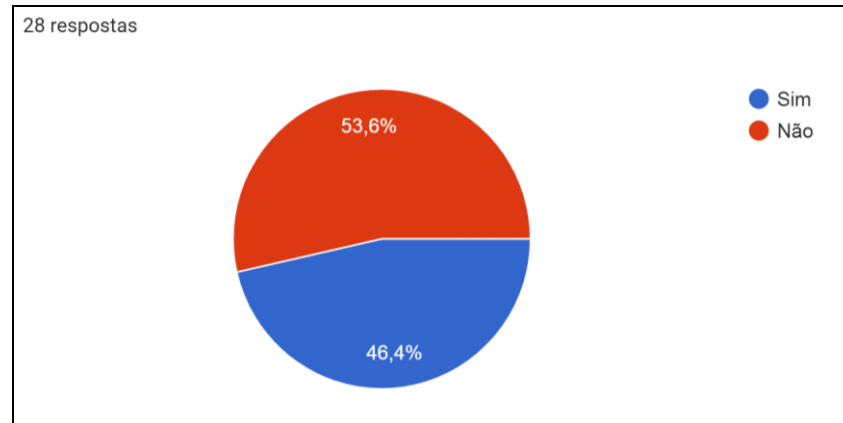
Outro fator relacionado a dificuldade em conciliar estudo e trabalho é a falta de uma rede de apoio (Gráfico 10).

---

<sup>4</sup> **Burnout** ou Síndrome do Esgotamento Profissional é um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico. Sua principal causa é justamente o excesso de trabalho.



Gráfico 10 – Rede de Apoio para Conciliar Estudo e Trabalho

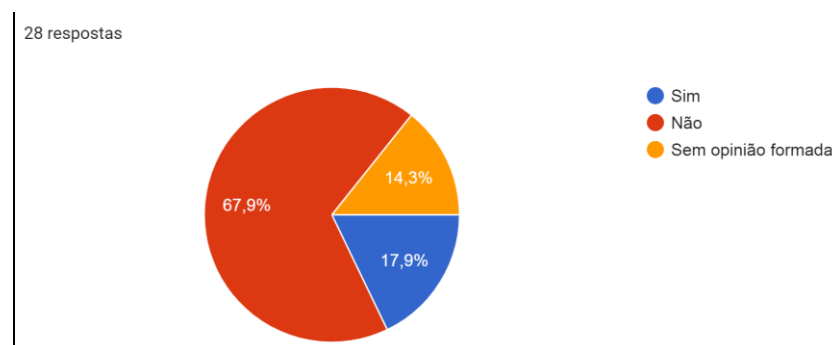


Fonte: Autora (2022)

O gráfico 10 deixa bem nítido que, mais da metade das estudantes-trabalhadoras (53,6%), não possuem rede de apoio para conciliar estudo e trabalho. A rede de apoio, para aquelas que a possuem (46,4%) é composta por mãe, cônjuge, irmã(s), filha(o) e pai. Para Vasconcelos (2018) esta rede de apoio de suma importância para as estudantes-trabalhadoras.

Esta falta de rede de apoio poderia ser amenizada com o apoio de alguns colegas.

Gráfico 11 – Tratamento Diferenciado por Parte dos Colegas



Fonte: Autora (2022)

O gráfico 11 mostra que 67,9% das alunas participantes responderam que não perceberam este tratamento diferenciado por parte dos colegas, 17,9% responderam que sim e 14,3% não têm opinião formada. Aquelas que percebem

um tratamento diferenciado por parte dos colegas, referem que isso se reflete por meio da empatia de alguns colegas, do auxílio nas tarefas, na trocas de informações e de material e na compreensão dos mesmos ao cederem um prazo maior para o término da parte da aluna-trabalhadora nas tarefas em grupo.

Chama a atenção o elevado percentual das participantes que não percebem um tratamento diferenciado por parte de seus colegas. Neste sentido, o comentário da aluna 26 (solteira e sem filhos), de que “todos podem fazer um esforço”, mostra o quanto isso é um reflexo, destes tempos, em que as pessoas estão mais preocupadas consigo mesmas e, em alguma medida, cada um cuida de si.

### 5.3 SUGESTÕES DE MEDIDAS DE APOIO INSTITUCIONAL ÀS ESTUDANTES-TRABALHADORAS

Esta subseção apresenta sugestões de medidas de apoio institucional às estudantes-trabalhadoras. Todas as sugestões estão baseadas nas respostas, considerações e exemplificações feitas pelas alunas-trabalhadoras participantes da pesquisa.

A sugestão mais apontada e comentada pelas participantes foi a de conciliar horários. Muitas alunas sugerem que a Universidade ofereça disciplinas em um turno só, para que assim facilite a negociação entre a aluna-trabalhadora e a empresa em que a mesma trabalha. Ou como sugere a aluna 17 [...] “no mínimo uma turma no turno da noite (fora do horário comercial, que é o horário em que a maioria precisa trabalhar) seria uma grande ajuda”. A Unidade também poderia ofertar mais componentes curriculares aos sábados pela manhã, possibilitando mais um horário para aquelas alunas que trabalham de segunda à sexta-feira.

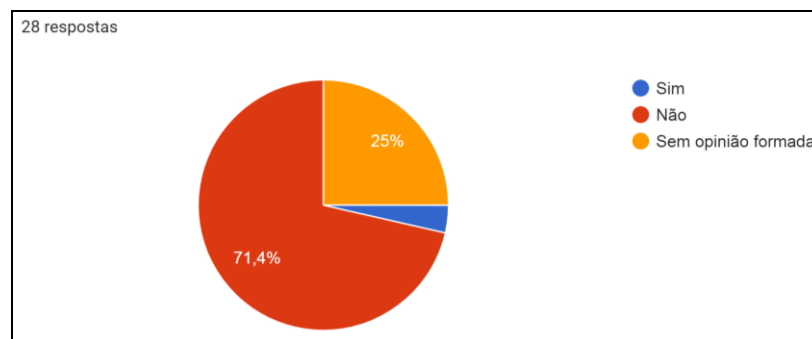
Gonçalves e Ternovoe (2017) afirmam que muitas mulheres suspendem o curso por um tempo, outras desistem dos estudos, entretanto outras são determinadas e conseguem alcançar o diploma de graduação, mesmo com vários desafios. As autoras acreditam que o resultado de suas pesquisas pode contribuir para que os professores de ensino superior e a comunidade acadêmica entendam as dificuldades passadas pelas mulheres universitárias que exercem várias outras funções, com o propósito de que possam prover soluções para que as mesmas

tenham um bom rendimento e para que tenham sua permanência garantida na universidade.

Outra sugestão é de que a Unidade também poderia preparar os funcionários para um atendimento mais humanizado. Com relação a isso, convém destacar o que a aluna 1 diz: “A universidade pode adotar um atendimento mais humanizado, entendendo que há necessidades diferentes entre alunos com dupla jornada, que trabalham e estudam,” [...].

Esta sugestão está relacionada ao gráfico 12.

Gráfico 12 – Tratamento Diferenciado por Parte dos Funcionários



Fonte: Autora (2022)

Uma terceira sugestão foi de que a Unidade procurasse parcerias com empresas para a realização de estágios remunerados, se possível, empresas com fácil acesso, aproveitando que está numa região central da cidade. Assim também tentaria resolver outro aspecto apontado, o “deslocamento”, já que a unidade não conta com um programa de Moradia Estudantil, o que ajudaria muito algumas alunas que moram em outras cidades. Seria interessante também se a unidade de Porto Alegre procurasse empresas, na região metropolitana, para incentivá-las a adotarem programas neste mesmo sentido, promovendo assim uma oportunidade de crescimento profissional para as alunas-trabalhadoras.

Uma outra sugestão está relacionada a dificuldade de acompanhar os conteúdos dos componentes curriculares do curso, aliado ao excesso de atividades. Como sugestão foi proposto que a Unidade pudesse fazer parcerias com empresas para a prestação de serviços com o aproveitamento das alunas e otimizando o uso dos laboratórios e biblioteca. Parte desta prestação de serviço poderia ser desenvolvida dentro do horário das aulas, diminuindo as atividades

extra classe e aliando o ensinamento teórico com a prática e aplicando exemplos reais.

Com relação ao excesso de atividades foi apontada como sugestão que alguns professores revisassem suas metodologias de ensino, até mesmo com a troca de ideias com outros professores de modo a contemplar um ensino mais didático. É o que a aluna 9 expressa em sua consideração “[...] metodologia de ensino diferenciada, sem muitas tarefas extensas, fixação de conteúdos/leis e com base na prática, [...]”.

Com relação a este ponto Cosme e Durante (2017), reforçam o quanto o excesso de atividades prejudica as vivências acadêmicas do aluno-trabalhador.

Também foi sugerido a realização de reuniões periódicas específicas, com representantes discentes, para verificar as situações atuais das alunas-trabalhadoras de modo a serem propostas outras medidas de apoio institucional às mesmas.

Sempre esperei que a condição do trabalhador-aluno fosse reconhecida na e pela universidade, pelo menos, sendo discutida de forma mais profunda [...] uma vez que constitui um fenômeno social atual e relevante. (MARQUES E SILVA, 2017, p. 2)

E para finalizar, uma última sugestão, foi a de firmar parcerias para atendimento psicológico voluntário voltado para as alunas-trabalhadoras, já que muitas apresentaram quadros de estresse e ansiedade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou analisar os principais desafios enfrentados pelas estudantes-trabalhadoras dos cursos de graduação da Unidade Porto Alegre da Uergs para conciliar estudo e trabalho. Ficou evidente o interesse de diversos autores sobre este tema. Segundo Cosme e Durante (2017), a relação entre o trabalho e o ensino superior tem motivado interesse no seguimento de estudos, em vários âmbitos.

A partir das respostas das participantes foi possível identificar as principais dificuldades colocadas para as estudantes-trabalhadoras. Ter que escolher, tentar negociar os horários do trabalho ou abrir mão de um componente curricular ou outro porque os horários coincidem não tem sido tarefa fácil para as alunas-trabalhadoras da Unidade Porto Alegre. Este foi o obstáculo mais apontado como prejudicial ao progresso das estudantes-trabalhadoras, que em certas ocasiões precisam, em função disso, postergar a conclusão do curso.

O tempo de deslocamento entre trabalho e universidade ou vice-versa, foi trazido pelas participantes da pesquisa como problemático, pois, muitas vezes, acabam chegando atrasadas ou precisando sair mais cedo, perdendo alguma parte dos conteúdos, necessitando muitas vezes negociar os horários de apresentação de seminários e trabalhos em grupo. De qualquer modo, esta dificuldade parece ser amenizada em razão de que contam com a colaboração de alguns colegas e professores.

Os programas de acesso de pessoas de baixa renda no ensino superior trouxe consigo como grande desafio a permanência deste aluno na universidade. Dado os gastos financeiros que envolvem o estudo, esta é uma realidade que não foge à regra na Unidade Porto Alegre.

Considerando que 57,2% das participantes desta pesquisa não possuem emprego formal e 40,7% tem um rendimento familiar mensal de 1 a 2 salários mínimos, percebe-se o grau de dificuldade para a inserção formal no mercado de trabalho e as repercussões financeiras decorrentes disso.

Diante disto, seria de grande importância que alguns critérios para conseguir a bolsa de prodiscência fossem revistos ou mudados. Como visto a

partir das respostas ao questionário, nem todas as alunas hipossuficientes conseguem bolsa ou tem algum auxílio governamental.

Outro ponto importante que apareceu nesta pesquisa diz respeito à necessidade de que as demandas das estudantes-trabalhadoras sejam ouvidas e encaminhadas. A opinião da aluna 27 expressa este sentimento:

Primeiramente que o que colocamos nas avaliações institucionais seja levado em consideração e também o que o representante discente leva em colegiado seja levado a sério, e que a opinião dos alunos seja respeitada.

Para tentar resolver ou diminuir este problema, a unidade poderia criar um canal direto com as alunas para que as ouvisse antes de planejar o semestre seguinte. Este canal poderia enviar um questionário, via e-mail, com perguntas abertas e fechadas à todas as alunas atualizando os horários em que elas estarão trabalhando no período do semestre em questão. Este questionário, inclusive, poderá trazer a questão se a aluna-trabalhadora tem a possibilidade de negociação de horários com a empresa em que ela trabalha. Ao obter estas respostas a Unidade poderá tentar colocar mais componentes curriculares no turno em que as mesmas estarão mais disponíveis.

Esta pesquisa aponta para o fato de que apesar das diversas dificuldades enfrentadas pelas estudante-trabalhadoras da Unidade de Porto Alegre da Uergs, elas não desistem do objetivo da conclusão do seu curso. De uma maneira ou outra tentam superar as dificuldades e obstáculos colocados diante delas. Algumas estudantes-trabalhadoras possuem dupla, outras tripla jornada de trabalho por exercerem também o papel de mãe e serem as principais responsáveis pelos afazeres domésticos.

O perfil descrito pelas participantes desta pesquisa demonstra o quanto as mulheres estão lutando para mudar o estereótipo da mulher do passado que tinha como sua única preocupação os cuidados domésticos e da família. Neste sentido a revisão da literatura evidenciou o aumento significativo do número de mulheres no ensino superior.

Um aspecto que chamou a atenção nesta pesquisa foi o fato de que mesmo sendo direcionado para estudantes-trabalhadoras do sexo feminino, o questionário foi respondido por três estudantes do sexo masculino, que por não ser o público alvo deste estudo acabaram não sendo considerados. Deste modo, fica como sugestão

que outras pesquisas, incluindo estudantes-trabalhadores do gênero masculino possam vir a ser desenvolvidas. Como limitações desta pesquisa pode ser apontado o fato desta ter sido a primeira experiência da pesquisadora com a ferramenta Google formulários e, por conseqüência, percebeu-se que algumas perguntas poderiam ter sido melhor trabalhadas. Outro limitador se refere ao número de retornos ao questionário que acabou sendo menor do que o esperado, já que o número de mulheres matriculadas no período de envio do questionário era de 331, segundo informações da secretaria da Unidade Porto Alegre da Uergs. Por fim, uma vez que a pesquisadora também é estudante-trabalhadora, espera-se com este trabalho, incentivar outras alunas a desenvolverem pesquisas tratando sobre as situações vividas e quem sabe darem continuidade a estudos como este.

## REFERÊNCIAS

- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 3 p. 233-239, 2000. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ptp/a/kj9szysyT59MGzyQc3d7xnf/?format=pdf&lang=pt>.  
 Acesso: 22 out. 2020.
- BLAY, E. A.; LANG, A. B. S. G. **Mulheres na USP: horizontes que se abrem**. São Paulo: Humanitas, 2004.
- BOTTINI, L. M.; BATISTA, R. L; **O trabalho da mulher durante a Revolução Industrial Inglesa (1780 A 1850)**. Paranavaí: 2013. (Cadernos PDE, v. 1)
- BRASIL. **Lei nº 13.415 sancionada em 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 11.494, de 20 de junho 2007, [...]. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- BRASIL. **Lei nº. 9.394, sancionada em 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 02 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **FIES: apresentação**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=198&Itemid=303](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=198&Itemid=303). Acesso em: 02 out. de 2020.
- BULGACOV *et al.* **Atividade empreendedora da mulher brasileira: Trabalho precário ou trabalho decente?** *Psicologia Argumento*, v. 28, n. 63 (2010), p. 337-349, 2017. ISSN 1980-5942. Disponível em:  
<https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20309/19583>. Acesso em: 25 out. 2020.
- CARRANO, P. C. R. Jovens universitários. *In: SPOSITO, Marília P. (coord.) Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília: INEP, 2002. p. 135-155.
- COMIN, A. A; BARBOSA. R. G. **Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil**. *Novos Estudos*, v. no 2011, n. 91, p. 75-95 São Paulo, 2011. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/nec/a/wDYSHjcV6b7s68gRRB6YZzx/?lang=pt&format=pdf>.  
 Acesso em: 16 jun. 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – **Resolução nº 466/2012**, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências. Brasília, DF, 2012. – Disponível em:  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)  
 Acesso em: 30 de jul. de 2021.



CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – **Resolução nº 510/2016**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF, 2016. – Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 30 de jul. 2021.

CORREIA, M. J. **Sobre a maternidade**. Aná. Psicológica, Lisboa, v. 16, n. 3, p. 365-371, 1998. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-82311998000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82311998000300002&lng=pt&nrm=iso). Acesso: 25 out. 2020.

COSME, P. C.; DURANTE, D.G. **ESTUDAR E TRABALHAR: IMPACTOS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SECRETARIADO EXECUTIVO STUDY** Revista Expectativa, v.16, n. 17, p. 44-65, jun./dez., 2017.

FREIRE, E. de C. **Mulher no magistério: uma luta de embates entre espaço público e espaço privado**. Revista Lugares de Educação, v. 1, n. 2, p. 239 256, 2011.

GODINHO *et al.* **Trajetória da mulher na educação brasileira 1996-2003**. Brasília: Inep, 2006.

GOMES, A. F. **O outro no trabalho: mulher e gestão**. REGE Revista de Gestão, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1-9, sep. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36522>. Acesso: 25 out. 2020.

GONÇALVES, J. P.; TERNOVOE, J. dos S. **Desafios Vivenciados por Mulheres Universitárias de Mato Grosso do Sul, que são mães, profissionais e donas de casa**. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 8, n. 2, p. 116-142, 2017. ISSN 21772886

IBGE. **Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>

IBGE. **Mulheres buscam mais a economia formal no Brasil que os homens**. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/17323-pnad-mercado-de-trabalho>

INEP. **Censo da Educação Superior 2003**. Brasília: Inep, 2009.

MAGALHÃES, B; SILVA, G. **A mulher no trabalho, na família e na universidade**. Revista da Crônica Arma da Crítica, Maceió, n. 2, mar. 2010. Disponível em: <http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/12-%20a%20mulher%20no%20trabalho%20na%20familia%20e%20na%20universidade-%20belmira%20magalhaes%20e%20geice%20silva.pdf>. Acesso: 18 nov. 2020.

MARQUES, B. S.; SILVA, M. A. C. **Trabalhadores - alunos: motivações e desafios que configuram um cenário de luta**. Naviraí: I EIGEDIN, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/4337>. Acesso: 03 dez. 2020

MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

NOMERIANO, A. S.; MOURAII, S. M. L.; DEVANÇO, S. R.; **Expansão do ensino superior no governo Lula da Silva: ProUni, REUNI e interiorização das IFES**. VI colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão: SE, 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10172/12/11.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

ONU MULHERES. **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: Editora Cepia, 2011.

OTRANTO, C. R.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. et al (Orgs.). **Reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação**. Reforma universitária: dimensões e perspectivas. São Paulo: Alínea, 2006.

PINSKY, C. B. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PROBST, E. R. **Evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós Graduação, Santa Catarina, 2007. Disponível em: [https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo\\_jan\\_gen\\_a\\_evolucao\\_da\\_mulher\\_no\\_mercado\\_de\\_trabalho.pdf](https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf). Acesso em: 08 de dez. de 2020.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres Educadas e a Educação de Mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

SANDBERG, S. **Faça acontecer: mulheres, trabalho e a vontade de liderar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SANTOS, R. C.; SACRAMENTO, S. M. O. A., o **Depois e as principais conquistas femininas**. Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação, v. 5, n. 1, p. 1 10, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35598>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA, J. M.; NABOZNY, A.; ORNAT, M. J. **A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas**. Disponível em: [http://abordagensgeograficas.geo.puc-rio.br/media/Artigo\\_2.pdf](http://abordagensgeograficas.geo.puc-rio.br/media/Artigo_2.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.

SOUSA, G. L. A.; GONÇALVES, L. A.; GÓES, M. C. de **Os desafios enfrentados pela mulher contemporânea no ingresso ao ensino superior**. Revista Fatec Zona Sul, Refas. **V.6, n. 1**. 2019. Disponível em: ISSN 2359 – 182X. Acesso em: 09 de dez. de 2020

TERRIBILI FILHO, Armando. **Ensino superior noturno: problemas, perspectivas e propostas**. Marília: FUNDEPE, 2009.

UERGS, **Estrutura Organizacional**. Disponível em:  
<https://www.uergs.edu.br/estrutura-organizacional>. Acesso em 10 mai. 2022.

VASCONCELOS, J. E. B. de. **Lute como uma garota**: um estudo sobre mães que trabalham e estudam. Caruaru: UFPE, 2018. Disponível em:  
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38357/1/VASCONCELOS%2c%20Josefa%20Edna%20Batista%20de.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

YUNUS, Muhammad. **Mulheres e a pobreza**. 2017. Disponível em:  
<<https://minionupucmg.wordpress.com/2017/09/19/mulheres-e-a-pobreza/>>.

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO AUTO-APLICADO

#### Desafios enfrentados pelas estudantes-trabalhadoras dos cursos de graduação da Unidade Porto Alegre da Uergs para conciliar estudo e trabalho.

Este formulário é direcionado para todas as estudantes dos cursos de graduação da unidade Porto Alegre da Uergs, maiores de 18 anos, do sexo feminino e que desempenhem atividades remuneradas ou não remuneradas, formais ou informais no mercado de trabalho.

Este formulário está coletando automaticamente os e-mails dos usuários do domínio Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. [Alterar configurações](#)

#### ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa de graduação, intitulada "Desafios enfrentados pelas estudantes-trabalhadoras dos cursos de graduação da unidade de Porto Alegre da Uergs para conciliar estudo e trabalho". A pesquisadora responsável por essa pesquisa é Vania Roseli Correa de Mello, que pode ser contatado no telefone (51) 998065169 e e-mail [vania-mello@uergs.edu.br](mailto:vania-mello@uergs.edu.br). Será utilizado um questionário auto-aplicado com perguntas abertas e fechadas, tendo como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelas estudantes-trabalhadoras dos cursos de graduação da Unidade Porto Alegre da Uergs para conciliar estudo e trabalho, assim como, descrever o perfil das estudantes-trabalhadoras participantes da pesquisa, identificar as principais dificuldades que as estudantes-trabalhadoras enfrentam para conciliar estudo e trabalho e sugerir medidas de apoio institucional às estudantes-trabalhadoras. O tempo médio estimado para responder ao questionário é de 20 minutos. A justificativa dessa pesquisa é sua contribuição para sugerir medidas de apoio institucional no sentido de minimizar os desafios enfrentados pelas estudantes-trabalhadoras da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). Poderão ser previamente agendados a data e horário para auxílio e/ou esclarecimentos quanto ao preenchimento do questionário. Esses procedimentos ocorrerão por meio do e-mail institucional da Uergs. Não é obrigatório responder a todas as perguntas. Os riscos destes procedimentos serão mínimos, por envolver possível incômodo ou desconforto ao responder ao questionário. Na eventualidade de ocorrência desses riscos, a pesquisadora compromete-se a disponibilizar um espaço de escuta à participante, por meio do e-mail e do número de telefone informados neste TCLE, além de esclarecer novamente os objetivos, procedimentos e demais dúvidas que houverem. A participante pode se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo, assim como tem garantido seu direito de não responder a qualquer uma das questões, sem necessidade de explicação ou justificativa. Os benefícios e vantagens em participar deste estudo estão relacionados a possibilidade de contribuir para o enfrentamento dos desafios enfrentados pelas estudantes-trabalhadoras dos cursos de graduação da Uergs que precisam conciliar estudo e trabalho. As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão a pesquisadora estudante de graduação Lisiani Carla Vieira e a professora orientadora responsável Vania Roseli Correa de Mello. Todas as despesas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caso haja, serão ressarcidas. Danos decorrentes da pesquisa serão indenizados. Você/Sr./Sra. poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de despesa e constrangimento. Solicitamos autorização para usar suas informações na produção de artigos técnicos e científicos, aos quais você poderá ter acesso. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome. Destaca-se a importância de que uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido seja salva em seus arquivos a fim de que sejam guardadas as informações nele constantes. Todos os registros da pesquisa estarão sob a guarda do pesquisador, em lugar seguro de violação, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, após esse prazo serão destruídos. Este termo de consentimento livre e esclarecido não contém assinaturas nem paginação, pois será anexo ao questionário on line. O conteúdo deste TCLE será disponibilizado às candidatas a participantes da pesquisa, na íntegra, antes do início do preenchimento do questionário. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs (CEP-Uergs). Formado por um grupo de especialistas, tem por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade, contribuindo para que sejam seguidos os padrões éticos na realização de pesquisas: Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs – CEP-Uergs - Rua Washington Luiz, 675, Centro Histórico, Porto Alegre/RS – CEP: 90010-460; Fone/Fax: (51) 33185148 - E-mail: [cep@uergs.edu.br](mailto:cep@uergs.edu.br).

1. Qual sua faixa etária?

- 18 a 24 anos
- 25 a 30 anos
- 31 a 35 anos
- 36 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- mais de 50 anos

2. Sexo

- Feminino
- Masculino
- Outro: \_\_\_\_\_

3. Como você classificaria sua cor ou raça?

- Branco
- Preto
- Amarelo
- Pardo
- Indígena
- Outro: \_\_\_\_\_

4. Qual seu curso na unidade Porto Alegre da Uergs?

- Administração Pública
- Administração: Sistemas e Serviços de Saúde
- Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia
- Engenharia de Controle e Automação
- Engenharia de Energia
- Letras: Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa

## 5. Estado civil

- Solteira
- Casada
- Separada
- Divorciada
- Viúva
- Outro: \_\_\_\_\_

## 6. Qual das situações abaixo você se enquadra?

- Contrato ou carteira assinada
- Atividades domésticas
- Contrato temporário
- Estágio (remunerado ou não remunerado)
- Autônomo (Vendas, prestação de serviços, cuidadora e etc.)
- Recebe pensão ou ajuda financeira de familiares
- Desempregada
- Servidora Pública
- Outro: \_\_\_\_\_

## 7. Qual a faixa de rendimento mensal do grupo familiar que convive:

- menos de um salário mínimo
- De um a dois salários mínimos
- De três a quatro salários mínimos
- De cinco a 10 salários mínimos
- Mais de 10 salários mínimos

8. Em qual dessas situações você se enquadra:

- Sou a principal responsável pela manutenção de minha família
- Compartilho a responsabilidade pela manutenção de minha família com outras pessoas (marido, esposa, irmãs/ãos etc)

9. Tem filhos? Quantos?

- 0
- 1
- 2 a 3
- 4 a 5
- Mais de 5

10. Idade dos filhos:

- 0 a 4
- 5 a 9
- 10 a 14
- 15 a 19
- Mais de 20

11. Você é aluno hipossuficiente?

- Sim
- Não

12. Você é ou já foi bolsista de prodiscência (Programa que visa oportunizar auxílio financeiro a acadêmicos(as) em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para custeio de despesas, dentre outras, de moradia, transporte e alimentação, assegurando a permanência na Universidade)?

- Sim
- Não

13. Você conta com alguma rede de apoio para conciliar estudo e trabalho?

Sim

Não

#### Tem rede de apoio

Qual(s) rede de apoio:

Mãe

Cônjuge

Irmã(s)

Amiga(s)

Vizinha(s)

Filha(o)

Outro:

#### 14. Você é beneficiária de algum programa de auxílio governamental?

Sim

Não



**Tem auxílio governamental**

Qual auxílio governamental você recebe:

- Auxílio Emergencial
- Auxílio Brasil
- Benefício de Prestação Continuada (BPC)
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
- Garantia-Safra
- Seguro Defeso (ou Pescador Artesanal)
- Outro:

**15. Você percebe que tem/teve algum atendimento diferenciado por parte dos funcionários da Uergs pelo fato de ser estudante-trabalhadora?**

- Sim
- Não
- Sem opinião formada

**Atendimento diferenciado por parte dos funcionários**

Exemplifique esse atendimento:

Sua resposta

---

**16. Você percebe que tem/teve algum atendimento diferenciado por parte dos professores pelo fato de ser estudante-trabalhadora?**

- Sim
- Não
- Sem opinião formada

**Atendimento diferenciado por parte dos professores**

Exemplifique esse atendimento:

Sua resposta

---

**17. Você percebe que tem/teve algum atendimento diferenciado por parte de seus colegas pelo fato de ser estudante-trabalhadora?**

- Sim
- Não
- Sem opinião formada

**Atendimento diferenciado por parte de seus colegas**

Exemplifique esse atendimento:

Sua resposta

---

**18. Você precisou trancar algum semestre por encontrar dificuldades em conciliar estudo e trabalho?**

- Sim
- Não

19. Você precisou fazer ou faz algum tratamento médico ou introdução de medicamentos, por ter que conciliar estudo e trabalho ou acúmulo de atividades do estudo?

- Sim
- Não

**Tratamento médico ou introdução de medicamentos**

Exemplifique:

Sua resposta

---

**20. Quais aspectos considera mais difíceis para conciliar estudo e trabalho?**

- Financeiro
- Deslocamento
- Conciliar horários
- Aspectos familiares
- Déficit na formação básica
- Problemas de saúde
- Dificuldades para acompanhar os conteúdos dos componentes curriculares do curso
- Preconceito de diferentes tipos
- Outro: \_\_\_\_\_

## ANEXO A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa de graduação, intitulada “Desafios enfrentados pelas estudantes-trabalhadoras dos cursos de graduação da unidade de Porto Alegre da Uergs para conciliar estudo e trabalho”. A pesquisadora responsável por essa pesquisa é Lisiani Carla Vieira, que pode ser contata no telefone (51) 98188-4646 e e-mail lisiani-vieira@uergs.edu.br.

Será realizado um questionário tendo como **objetivo** analisar os principais desafios enfrentados pelas estudantes-trabalhadoras dos cursos de graduação da Unidade Porto Alegre da Uergs para conciliar estudo e trabalho, assim como, descrever o perfil das estudantes-trabalhadoras participantes da pesquisa, identificar as principais dificuldades que as estudantes-trabalhadoras enfrentam para conciliar estudo e trabalho e sugerir medidas de apoio institucional às estudantes-trabalhadoras. A **justificativa** dessa pesquisa é sua contribuição para sugerir medidas de apoio institucional no sentido de minimizar os desafios enfrentados pelas estudantes-trabalhadoras da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). Poderão ser previamente agendados a data e horário para auxílio e/ou esclarecimentos quanto ao preenchimento do questionário. Esses **procedimentos** ocorrerão por meio do e-mail institucional da Uergs. Não é obrigatório responder a todas as perguntas.

Os **riscos** destes procedimentos serão mínimos, por envolver possível incômodo ou desconforto ao responder ao questionário. Na possibilidade de ocorrência desses riscos, a pesquisadora compromete-se a escutar os participantes, além de esclarecer novamente os objetivos, procedimentos e demais dúvidas que houverem.

Os **benefícios** e vantagens em participar deste estudo estão relacionados a possibilidade de contribuir para o enfrentamento dos desafios enfrentados pelas estudantes-trabalhadoras dos cursos de graduação da Uergs que precisam conciliar estudo e trabalho.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão a pesquisadora estudante de graduação Lisiani Carla Vieira e a professora orientadora responsável Vania Roseli Correa de Mello.

Todas as despesas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caso haja, serão ressarcidas. Danos decorrentes da pesquisa serão indenizados.

Você/Sr./Sra. poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo despesa e constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para usar suas informações na produção de artigos técnicos e científicos, aos quais você poderá ter acesso. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Todos os registros da pesquisa estarão sob a guarda do pesquisador, em lugar seguro de violação, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, após esse prazo serão destruídos.

Este termo de consentimento livre e esclarecido possui duas páginas e é feito em 02 (duas) vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o participante da pesquisa.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs (CEP-Uergs). Formado por um grupo de especialistas, tem por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade, contribuindo para que sejam seguidos os padrões éticos na realização de pesquisas: Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs – CEP-Uergs - Av. Bento Gonçalves, 8855, Bairro Agronomia, Porto Alegre/RS – CEP: 91540-000; Fone/Fax: (51) 33185148 - E-mail: [cep@uergs.edu.br](mailto:cep@uergs.edu.br).

Nome do participante: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura participante da pesquisa/responsável legal

\_\_\_\_\_  
Assinatura pesquisadora

**ANEXO B****DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE**

Declaramos para os devidos fins que concordamos e autorizamos o desenvolvimento da pesquisa “Desafios enfrentados pelas estudantes- trabalhadoras dos cursos de graduação da unidade de Porto Alegre da Uergs para conciliar estudo e trabalho” de autoria da pesquisadora Lisiani Carla Vieira a ser desenvolvido em nossa instituição. Informamos que conhecemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que será assinado pelos sujeitos de pesquisa participantes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Cumpriremos o que determina as resoluções vigentes, Resolução CNS 466/2012 e a Resolução 510/2016, e contribuiremos com a pesquisa mencionada sempre que necessário, fornecendo informações.

Antes do início da coleta dos dados o (a) pesquisador (a) responsável deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Sabemos que a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul poderá a qualquer fase desta pesquisa retirar esse consentimento e neste caso, informaremos o(a) pesquisador(a) acima mencionado. Além disto, concordamos que os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e/ou revistas científicas, garantindo o sigilo e a privacidade dos participantes envolvidos na pesquisa.

Colocamo-nos à disposição para qualquer dúvida que se faça necessária.

Atenciosamente,

Local e Data: Porto Alegre, 04 de outubro de 2021

  
Rochele da Silva Santaiana  
Pró-Reitora de Ensino  
Mat: 3904440/01 - UERGS

**ANEXO C**  
**PARECER CEP/Uergs**

UERGS - UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO RIO GRANDE  
DO SUL



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS ESTUDANTES-TRABALHADORAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIDADE DE PORTO ALEGRE DA UERGS PARA CONCILIAR ESTUDO E TRABALHO

**Pesquisador:** VANIA ROSELI CORREA DE MELLO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 52768621.0.0000.8091

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.195.720

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de segunda versão projeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Administração: Sistemas e Serviços de Saúde da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, da aluna Lisiane Carla Vieira com orientação da Profª Vania R. C. de Mello. Estudo qualitativo do tipo descritivo-explicativo. Uso de questionário com perguntas abertas e fechadas, auto-aplicado e enviado para todas as estudantes da Unidade Porto Alegre da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs).

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo geral**

"Analisar os principais desafios enfrentados pelas estudantes-trabalhadoras dos cursos de graduação da Unidade Porto Alegre da Uergs para conciliar estudo e trabalho."

**Objetivos específicos:**

"Descrever o perfil das estudantes-trabalhadoras participantes da pesquisa; - Identificar as principais dificuldades que as estudantes-trabalhadoras enfrentam para conciliar estudo e trabalho; - Sugerir medidas de apoio Institucional às estudantes-trabalhadoras"

Os mesmos objetivos estão presentes no Projeto Detalhado, Informações Básicas da Plataforma Brasil e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

**Endereço:** Avenida Bento Gonçalves, 8555, Campus Central da UERGS, Prédio 11

**Bairro:** Agronomia

**CEP:** 91.540-000

**UF:** RS

**Município:** PORTO ALEGRE

**Telefone:** (51)3318-5148

**E-mail:** cep@uergs.edu.br

**UERGS - UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO RIO GRANDE  
DO SUL**



Continuação do Parecer: S.195.720

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos estão descritos com o mesmo texto no Projeto Detalhado, Informações Básicas da Plataforma Brasil e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

"Os riscos destes procedimentos serão mínimos, por envolver possível incômodo ou desconforto ao responder ao questionário. Na possibilidade de ocorrência desses riscos, a pesquisadora compromete-se a escutar os participantes, além de esclarecer novamente os objetivos, procedimentos e demais dúvidas que houverem."

Os benefícios estão descritos de forma semelhante no Projeto Detalhado, Informações Básicas da Plataforma Brasil e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, mantendo o conteúdo principal:

"É importante destacar que as participantes não receberão qualquer benefício ou remuneração por sua participação. Entretanto, estarão contribuindo para a elucidação de possíveis alternativas aos desafios colocados para a conciliação entre estudo e trabalho."

Na PRIMEIRA versão foram feitos os seguintes apontamentos: Em relação aos riscos, como o questionário será enviado por link via e-mail Institucional e auto-aplicado, não está descrita como será realizada a minimização dos riscos caso ocorram "[...] a pesquisadora compromete-se a escutar os participantes, além de esclarecer novamente os objetivos, procedimentos e demais dúvidas que houverem." Se será aberto algum canal de esclarecimentos e de escuta, feito encaminhamento ou outro procedimento. (Pendência 1 atendida)

Nesta SEGUNDA versão, as pesquisadoras alteraram os riscos, acrescentando a possibilidade de contato via e-mail e/ou telefone, entre outros: "Os riscos destes procedimentos serão mínimos, por envolver possível incômodo ou desconforto ao responder ao questionário. Na eventualidade de ocorrência desses riscos, a pesquisadora compromete-se a disponibilizar um espaço de escuta à participante, por meio do e-mail e do número de telefone informados neste TCLE, além de esclarecer novamente os objetivos, procedimentos e demais dúvidas que houverem. A participante pode se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo, assim como tem garantido seu direito de não responder a qualquer uma das questões, sem necessidade de explicação ou justificativa."

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

"Para a coleta de dados será realizado um levantamento bibliográfico e coleta de material a partir de dados primários obtidos por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas, auto-aplicado e enviado para todas as estudantes da Unidade Porto Alegre, via email fornecido pela secretaria da Unidade. Para a análise dos dados será utilizada a técnica de análise de conteúdo[...]" "Os critérios de Inclusão adotados consideram que a participante da pesquisa seja maior de 18

Endereço: Avenida Bento Gonçalves, 8555, Campus Central da UERGS, Prédio 11  
 Bairro: Agronomia CEP: 91.540-000  
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE  
 Telefone: (51)3318-5148 E-mail: oep@uergs.edu.br



**UERGS - UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO RIO GRANDE  
DO SUL**



Continuação do Parecer: 5.195.720

anos; do sexo feminino e estudante dos cursos de graduação da unidade Porto Alegre da Uergs e desempenhe atividades remuneradas formais ou informais no mercado de trabalho.”

Foi apresentado cronograma atualizado e a informação que a coleta de dados só iniciará após a aprovação do Comitê.

Foi apresentado roteiro preliminar do questionário auto-aplicado.

Foi colocada previsão de 30 participantes.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Apresentada Folha de Rosto assinada pela pesquisadora responsável e orientadora, bem como pelo Pró-reitor de pesquisa da UERGS, Rafael Haag.

Apresentada Declaração de Instituição Co-participante, da UERGS, Rochele da Silva Santalana.

Apresentado TCLE que não se encontra em conformidade: neste não consta tempo aproximado para responder ao questionário; se será aberto algum canal de esclarecimentos e de escuta, feito encaminhamento ou outro procedimento para minimização de riscos caso ocorram; como será feita a assinatura (constante no Projeto Detalhado p. 17) na medida em que se trata de coleta por meio virtual. (Pendências 2.1, 2.2, 2.3 atendidas)

Nesta SEGUNDA versão foi acrescentado o tempo estimado de 20 minutos para respostas. Disponibilizado canal de atendimento por e-mail e telefone, e o TCLE será anexado ao questionário também on-line (foi colocado orientação para baixar ou salvar o arquivo pela participante)

**Recomendações:**

Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto foi reapresentado de acordo com Carta de Respostas às Pendências, as alterações feitas nos documentos pertinentes, conforme segue:

1.Em relação aos riscos, como o questionário será enviado por link via e-mail institucional e auto-aplicado, não está descrita na metodologia como será realizada a escuta às participantes e esclarecimentos solicitados. Se será aberto algum canal de esclarecimentos e de escuta, feito encaminhamento ou outro procedimento; (Pendência atendida)

2.Em relação ao TCLE (e metodologia):

2.1 Deve constar tempo aproximado para responder ao questionário; (Pendência atendida)

Endereço: Avenida Bento Gonçalves, 8855, Campus Central da UERGS, Prédio 11  
 Bairro: Agronomia CEP: 91.540-000  
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE  
 Telefone: (51)3318-5148 E-mail: cep@uergs.edu.br

UERGS - UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO RIO GRANDE  
DO SUL



Continuação do Parecer: 5.195.720

2.2 Explicar se será disponibilizado canal de esclarecimentos e de escuta, feito encaminhamento ou outro procedimento para minimização de riscos caso ocorram (conforme Item 1); (Pendência atendida)

2.3 Explicar como será feita a assinatura do TCLE (constante no Projeto Detalhado p. 17) na medida em que se trata de coleta por meio virtual. Sugere-se leitura de Ofício Circular nº2/2021/CONEP (disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio\\_Circular\\_2\\_24fev2021.pdf](http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf)) (Pendência atendida)

Não há mais pendências, projeto APROVADO para seguir sua execução.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Prezado(a) Pesquisador(a), seu projeto está APROVADO e poderá iniciar as coletas de dados. Após 30 dias do término do projeto, de acordo com seu cronograma, deverá ser encaminhado um Relatório para apreciação deste CEP.

1. De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CONEP/MS n.º 466/2012, o pesquisador deverá apresentar relatório final (ou parcial, quando pertinente) para apreciação deste CEP. Esse relatório deve conter informações detalhadas nos moldes do relatório final contido no Ofício Circular n. 062/2011: [http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/arquivos/conep/relatorio\\_final\\_encerramento.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/arquivos/conep/relatorio_final_encerramento.pdf) OU o relatório poderá se adequado de acordo com os resultados finais do projeto que segue a Resolução 510/2016;

2. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, identificando-se, por cor, negrito ou sublinhado, a parte do documento a ser modificada, isto é, além de apresentar o resumo das alterações, juntamente com a justificativa, é necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.H.1, da Norma Operacional CNS nº 001 de 2013).

3. A aprovação deste projeto no CEP não garante aprovação em Editais Internos ou externos da UERGS, pois depende de avaliações específicas de mérito científico.

4. A fim de publicação de artigo, após obtenção dos resultados da pesquisa, o pesquisador deverá informar na metodologia a aprovação deste CEP e o número do CAAE.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Endereço: Avenida Bento Gonçalves, 8855, Campus Central da UERGS, Prédio 11  
 Bairro: Agronomia CEP: 91.540-000  
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE  
 Telefone: (51)3318-5148 E-mail: [cep@uergs.edu.br](mailto:cep@uergs.edu.br)

**UERGS - UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO RIO GRANDE  
DO SUL**



Continuação do Parecer: 5.105.720

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1842127.pdf	17/12/2021 06:04:04		Aceito
Outros	CARTARESPOSTAASPENDENCIAS17122021.pdf	17/12/2021 06:03:42	VANIA ROSELI CORREA DE MELLO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE07122021.pdf	09/12/2021 18:09:25	VANIA ROSELI CORREA DE MELLO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	LISIANITCC1VERSAO07122021.pdf	09/12/2021 18:09:08	VANIA ROSELI CORREA DE MELLO	Aceito
Folha de Rosto	Folhad rostero.pdf	13/10/2021 17:56:37	VANIA ROSELI CORREA DE MELLO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PORTO ALEGRE, 08 de Janeiro de 2022

---

Assinado por:  
**MARCOS KAN MOORI**  
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Bento Gonçalves, 8555, Campus Central da UERGS, Prédio 11  
 Bairro: Agronomia CEP: 91.540-000  
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE  
 Telefone: (51)3318-5148 E-mail: cep@uergs.edu.br